



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
Setor de Licitações
Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



Processo nº		039/2026
Modalidade Pregão Eletrônico		025/2026
Registro de Preços		023/2026
Tipo	Menor Preço – Item	
Da participação	Ampla concorrência Este procedimento licitatório não será exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 49, incisos II e III da Lei Complementar nº 123/06: - Não há um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório - - O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.	
Da sessão pública do pregão eletrônico (o)	Fim do recebimento das propostas: 19/06/2026 às 08h59min Abertura da Sessão Pública: 19/06/2026 às 09h00min Sessão Pública: 19 de JUNHO de 2026 Horário de início da disputa: 09h00min (horário de Brasília/DF)	
Site para realização	Portal: www.licitanet.com.br	
Modo de disputa	Aberto	
Objeto do certame	Constitui objeto da presente licitação o Registro de preços destinado à futura, eventual e parcelada aquisição de medicamentos destinados à distribuição gratuita na Farmácia da Secretarua Municipal de Saúde, Farmácia de Minas, Farmácia do CAPS e Hospital Municipal Darci José Fernandes , nas quantidades, qualidades e condições descritas no Termo de Referência.	
Edital	O edital com os anexos está publicado nos sites https://presidenteolegario.mg.gov.br/licitacoes-em-andamento e www.licitanet.com.br para acesso e download por qualquer interessado, sem ônus. Não serão fornecidos editais por fac-simile e pelos correios.	
Contatos e informações:	Monize Angela de Andrade – Pregoeira Telefone (34) 3811-0070 E-mail: licitacao@po.mg.gov.br	

Lei Federal 14.133/21:

Art. 83. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Assinado por 1 pessoa: LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteolegario.1doc.com.br/verificacao/6513-0503-E03C-3F14> e informe o código 6513-0503-E03C-3F14





MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Pregão Licitatório N° 039/2026
Processo Eletrônico N° 025/2026

O **Município de Presidente Olegário**, com endereço à Praça Doutor Castilho, n° 10, Bairro: Centro, Presidente Olegário/MG, CEP n° 38.750-000, inscrito no CNPJ sob o n° 18.602.060/0001-40, isento de inscrição estadual, por meio do **Setor de Licitações**, TORNA-SE público a abertura do **Processo Licitatório n° 039/2026** na modalidade **Pregão Eletrônico N° 025/2026**, do tipo **menor preço item**, regido pela Lei n° 14.133/2021, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto Municipal n° 1497/2022 e demais legislações vigentes, que regulamenta no município de Presidente Olegário/MG e demais condições fixadas neste edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de preços destinado à futura, eventual e parcelada aquisição de medicamentos destinados à distribuição gratuita na Farmácia da Secretarua Municipal de Saúde, Farmácia de Minas, Farmácia do CAPS e Hospital Municipal Darci José Fernandes**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O pregão, na forma eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

2.1.1. Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) público(a) do Município de Presidente Olegário, nomeado para cargo de Pregoeiro, através da Portaria n° 006/2026 e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica www.licitanet.com.br.

2.2. As comunicações referentes ao certame serão publicadas no site www.licitanet.com.br <https://presidenteolegario.mg.gov.br/>, na aba de licitações. As demais condições constam do presente edital, seus anexos.

3. DA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação empresas individualmente cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado, e em condições de atender todas as exigências deste pregão, constantes deste Edital, termo de referência e seus Anexos, e que estejam devidamente credenciadas, através do site www.licitanet.com.br.

3.1.1. Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ao Portal: Licitanet.



no site www.licitanet.com.br, até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início do pregão.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.4. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

OBS: A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.2. O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar, em campo próprio, no sistema eletrônico, sua condição de ME ou EPP.

3.3. O documento comprobatório do enquadramento do licitante como ME ou EPP **deve ser apresentado junto dos documentos de habilitação**, mediante a apresentação de:

a - Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa;

b - Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalentes, da sede da pequena empresa.

c - O licitante optante pelo Regime do Simples Nacional deverá apresentar Declaração de Opção pelo “Simples Nacional”.

OBS: O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

3.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas nas seguintes condições:

3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio¹;

3.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.4.2 e 4.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos itens 4.4.2 e 4.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.10. A vedação de que trata o item 4.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que presta

¹ JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO CONSÓRCIO: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão em tela.



assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- 5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 ou 6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado



critério de julgamento por maior desconto.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca; (SE FOR O CASO)

6.1.3. Fabricante; (SE FOR O CASO). Em se tratando de produtos de fabricação da empresa, os campos marca e modelo deverão ser preenchidos sem identificar o titular da proposta; (Exemplo: a palavra “marca própria”).

6.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6.1. Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na proposta comercial, ele será considerado como aceito para efeito de julgamento.

6.6.2. Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

6.6.3. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada a prorrogação de sua validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse deste Município.

6.6.4. A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

6.7. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01 (um centavo)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas das microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de



Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2. empresas brasileiras;

7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 4.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.3.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.



observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.6.1.** conter vícios insanáveis;
- 8.6.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.6.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.6.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.6.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. O servidor designado, realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.13. O pregoeiro de contratação concederá o prazo de no mínimo **2 (duas) horas** para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, podendo ser prorrogado a critério da pregoeira, caso entenda necessário.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar, no prazo máximo de **2 (duas) horas** a contar da solicitação feita pela pregoeira, TODA A DOCUMENTAÇÃO exigida na **Cláusula 11** deste instrumento.



convocatório, com vigência válida. O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade solicitante, caso entenda necessário. O não envio da documentação no prazo estabelecido poderá implicar a **inabilitação do licitante**.

9.2. A Pregoeira efetuará consulta ao site da Receita Federal para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

9.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ ou CPF e endereço respectivo, observando-se que:

9.3.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

9.3.2. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

9.3.3. se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;

9.3.4. serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.4. Os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de abertura da sessão.

9.5. Os documentos mencionados no item 10.1 não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.

9.6. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 (duas)** horas, para:

9.6.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.6.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.6.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.7. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.9. Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

9.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.



9.11. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.13. Em caso de documentos (DECLARAÇÕES) firmados por assinatura digital, deverá ser providenciado pelo licitante a remessa do comprovante/autenticidade da assinatura eletrônica emitido pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, ou, ainda, deverá ser providenciada a apresentação/envio de mídia contendo o arquivo digital original para verificação/autenticação de conformidade da assinatura com a regulamentação da ICP-Brasil, quando solicitado pela Pregoeira.

9.14. Caso as declarações sejam assinadas manualmente, poderão ser autenticadas em cartório ou por servidor público competente, mediante cotejo do documento original.

9.15. Não serão aceitos documentos com assinatura em formato imagem (copia/cola).

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após julgamento.

10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.2. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



10.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.10. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.13. Prova de regularidade com INSS (seguridade social), e tributos federais e dívida ativa da união (certidão conjunta);

10.14. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

10.15. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

10.16. Prova de regularidade com FGTS (fundo de garantia por tempo de serviço) que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.17. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

Nota: são válidas para comprovação de regularidade as certidões positivas com efeito de negativas expedidas pelos respectivos órgãos.



Qualificação Econômico-Financeira

10.18. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Concordata expedida pelo FORO de domicílio da proponente, dentro do prazo de validade previsto na mesma, referente à data de abertura desta licitação, admitindo-se certidões digitais.

10.19. É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório – Acórdão TCU 1201/2020 Plenário. (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo)

10.20. Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos** exercícios sociais, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.21. Se os índices exigidos não estiverem apresentados no balanço patrimonial ou nas demais demonstrações contábeis, a licitante deverá apresentar, em documento separado, o memorial de cálculos, assinado pelo contador responsável.

10.22. Caso o licitante não apresentar o memorial de cálculos conforme descrito no subitem anterior, a contadora do município atestará a capacidade econômico-financeira com base nos critérios estabelecidos no item 10.23.

10.23. Na hipótese de a empresa apresentar resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

10.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

10.25. Apenas os Microempreendedores Individuais estão dispensados de apresentar o Balanço Patrimonial, pela aplicação do disposto do 18-A c/c 68, ambos da LC 123/06.

10.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;



10.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.28. Serão aceitos, conforme a lei, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis apresentados da seguinte forma:

10.29. Sociedades Anônimas (S/A), regidas pela Lei nº 6.404/76:

- Publicados em Diário Oficial;
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Apresentados por fotocópia registrada.

10.30. Sociedades Limitadas (LTDA) e Empresários Individuais:

- Fotocópia do Livro Diário, incluindo os Termos de Abertura e Encerramento;
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis;

10.31. Fica vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios. Caso essas peças contábeis estejam encerradas há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, será permitida a atualização utilizando o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou outro indicador que venha a substituí-lo.

Qualificação Técnica

10.32. Alvará Sanitário expedido por órgão de Vigilância Sanitária competente estadual ou Municipal da sede do domicílio do licitante;

10.33. Autorização de Funcionamento da Empresa licitante (AFE) pelo Ministério de Saúde; (Serão aceitas cópias retiradas do site da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como publicação no Diário Oficial da União da empresa participante para o tipo de produto licitado;

Declarações

10.34. Os LICITANTES deverão apresentar as seguintes declarações:

- a) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação;
- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- d) Declaração de que não emprega menor.

10.35. O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e deverá ser assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei.

10.36. Declaração de condições de ME, EPP ou equiparada, acompanhada da certidão comprobatória do enquadramento.



10.37. Declaração SOMENTE para microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e equiparadas para atendimento ao §2º do Art. 4º da Lei 14.133/21. A DECLARAÇÃO **deverá** ser assinado pelo Sócio Proprietário da empresa **com a opção de ser assinado** juntamente com um profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC de que a empresa **no ano-calendário de realização da licitação**, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (Anexo V).

10.38. As declarações acima poderão ser substituídas por aquelas emitidas automaticamente pelo sistema da Licitanet, desde que contenham as mesmas informações exigidas.

11. TERMO DE CONTRATO

11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

11.4. Os prazos dos itens 12.2 e 12.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

12.3. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

12.4. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.



12.5. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

12.6. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.7. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.9. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.10. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

12.11. Em caso de prorrogação da ata, não poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12.12. O recebimento dos bens estará condicionado à verificação de conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

12.13. A recusa injustificada em atender às ordens de fornecimento autoriza a aplicação de sanções e a convocação de fornecedor remanescente, conforme a legislação aplicável.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.2. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

13.3. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

13.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata

13.5. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



13.8. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.9. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na Lei 14.133/2021.

13.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.11. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.12. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. As sanções administrativas observarão o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e da legislação municipal aplicável.

15. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Caso a licitante adjudicatária se recuse a assinar o Contrato ou convidada a fazê-lo não atenda no prazo fixado, garantida prévia e fundamentada defesa, será considerada inadimplente e estará sujeita à multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da sua proposta.

15.2. Independente das sanções civis e penais previstas na Lei n.º 14.133/21 e suas alterações, serão aplicadas à Contratada as penalidades elencadas nas Cláusulas do Contrato, resguardado o direito de recurso nos termos do Art. 166 e 167 da Lei n.º 14.133/21.

15.3. O descumprimento dos prazos de entrega previstos no Termo de Referência caracterizará inexecução contratual, sujeitando a contratada às penalidades previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail: licitacao@po.mg.gov.br e pelo Portal da Licitanet no respectivo processo.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

17.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) **ADJUDICAR** o objeto e **HOMOLOGAR** a licitação.

17.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.



17.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

17.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 3.816.706,58 (três milhões, oitocentos e dezesseis mil, setecentos e seis reais e cinquenta e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.2 do Termo de Referência.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

19.1. Poderá ser utilizado qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2026, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços, conforme disposto no Art. 17 do Decreto Federal 11.462/23.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Nenhum pagamento ou indenização será devido às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos e propostas relativos ao presente certame.

20.2. É facultada a Pregoeira caso julgue necessário, suspender a sessão, de classificação e julgamento das propostas ou de habilitação, para melhor analisar e, posteriormente, proferir sua decisão.

20.3. De todas as reuniões realizadas serão lavradas atas que circunstanciarão as principais ocorrências, inclusive eventuais manifestações dos interessados, por estes próprios reduzidas a termo.

20.4. É facultada a Pregoeira ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação por parte da licitante que deveria constar originariamente na proposta.

20.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



20.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.12. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e as de seus anexos ou demais documentos integrantes do processo licitatório, prevalecerão as regras estabelecidas neste Edital.

20.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://presidenteolegario.mg.gov.br/licitacoes-em-andamento> .

20.14. Edital elaborado por: Eunice Gonçalves de Lima.

20.15. Integram o presente edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo IV – Minuta de Contrato

Anexo V – Modelo de Declarações;

Anexo VI – Estudo Técnico Preliminar

Fica eleito o Foro do Município de Presidente Olegário-MG, para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação, por mais privilegiado que outro possa parecer.

Presidente Olegário-MG, 09 de junho de 2026.

Lara Fernandes Rodrigues Ribeiro
Secretária Municipal de Saúde

Monize Angela de Andrade
Pregoeira



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Registro de preços destinado à futura, eventual e parcelada aquisição de medicamentos destinados à distribuição gratuita na Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, Farmácia de Minas, Farmácia do CAPS e Hospital Municipal Darci José Fernandes, nas quantidades, qualidades e condições descritas neste termo de referência:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Especificação	Valor Unitário (estimado)	Valor Total (estimado)
00001	ACETADO DE RETINOL - POMADA OFTALMOLÓGICA	TB	40	ACETATO DE RETINOL 10.000UI/G; AMINOÁCIDOS 25MG/G; METIONINA 5MG/G; CLORAFENICOL 5MG/G, BISNAGA COM 3,5G. USO OFTAMOLÓGICO	R\$ 12,34	R\$ 493,60
00002	ACETILCISTEINA INJETAVEL	UN	5.000	ACETILCISTEINA INJETAVEL- 100MG/ML. AMPOLA DE 3ML	R\$ 3,76	R\$ 18.800,00
00003	ACIDO ACETILSALICÍLICO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	1.000	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100MG, USO ORAL	R\$ 0,27	R\$ 270,00
00004	ÁCIDO ASCÓRBICO (VITAMINA C) - INJETÁVEL	AP	3.000	ÁCIDO ASCÓRBICO, 100MG/ML, AMPOLA COM 5 ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 0,76	R\$ 2.280,00
00005	ÁCIDO ASCÓRBICO, DRÁGEA	CP	900	CLORIDRATO DE PIPERIDOLATO 100MG; HESPERIDINA COMPLEXO 50MG; ÁCIDO ASCÓRBICO 50MG, USO ORAL	R\$ 0,97	R\$ 873,00
00006	ÁCIDO FÓLICO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	500	ÁCIDO FÓLICO 5MG, USO ORAL	R\$ 0,21	R\$ 105,00
00007	ÁCIDO TRANEXANICO - INJETÁVEL	AP	2.000	ACIDO TRANEXAMICO, 50MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 5,04	R\$ 10.080,00
00008	ADDERA D3 7000UI	CP	3.000	ADDERA D3 7000UI	R\$ 4,68	R\$ 14.040,00
00009	ADENOSINA - INJETÁVEL	AP	500	ADENOSINA 3MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 12,49	R\$ 6.245,00
00010	ÁGUA BIDESTILADA (ABD), INJETÁVEL	AP	60.000	ÁGUA BIDESTILADA ESTÉRIL E APIROGÊNICA, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)	R\$ 0,23	R\$ 13.800,00
00011	ÁGUA BIDESTILADA (ABD), INJETÁVEL FRASCO COM 500ML, INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO.	FR	2.500	ÁGUA BIDESTILADA ESTÉRIL E APIROGÊNICA, FRASCO COM 500ML, INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO.	R\$ 7,06	R\$ 17.650,00
00012	ALENIA 12/400 MCG	CPS	9.000	ALENIA 12/400MCG	R\$ 2,60	R\$ 23.400,00
00013	ALPRAZOLAN 0,5 MG	CP	6.000	ALPRAZOLAN 0,5 MG	R\$ 0,15	R\$ 900,00
00014	ALPRAZOLAN 1 MG	CP	12.000	ALPRAZOLAM 1 MG	R\$ 0,08	R\$ 960,00
00015	ALPRAZOLAN 2 MG	CP	18.000	ALPRAZOLAM 2 MG	R\$ 0,21	R\$ 3.780,00
00016	AMINOFILINA - INJETÁVEL	AP	1.500	AMINOFILINA 24MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 4,99	R\$ 7.485,00
00017	AMIODARONA - INJETÁVEL	AP	1.000	AMIODARONA 50MG/ML, AMPOLA COM 3ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 3,47	R\$ 3.470,00
00018	AMISSULPRIDA 200 MG	CP	3.000	AMISSULPRIDA 200 MG. (SOCIAN 200MG)	R\$ 13,33	R\$ 39.990,00
00019	AMITRIPTILINA 25 MG	CP	100.000	AMITRIPTILINA 25 MG	R\$ 0,13	R\$ 13.000,00

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portaltransparencia.mg.gov.br/verificacao/6513-0503-C-3F14> e informe o código 6513-0503-C-3F14

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

						13.000,00
00020	AMOXICILINA - CÁPSULA	CP	500	AMOXICILINA 500MG, USO ORAL	R\$ 0,39	R\$ 195,00
00021	AMOXICILINA - SUSPENSÃO	FR	150	AMOXICILINA 250MG/5ML - FRASCO COM 150ML, USO ORAL	R\$ 11,99	R\$ 1.798,50
00022	AMOXICILINA 250MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 62,5MG/5ML	FR	300	AMOXICILINA 250MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 62,5MG/5ML - FRASCO COM 150ML	R\$ 34,78	R\$ 10.434,00
00023	AMOXICILINA 500MG COM CLAVULANATO	CP	10.000	AMOXICILINA 500MG COM CLAVULANATO	R\$ 1,76	R\$ 17.600,00
00024	AMOXICILINA COM CLAVULANATO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	2.000	AMOXICILINA 500MG; CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG, USO ORAL	R\$ 1,73	R\$ 3.460,00
00025	AMOXICILINA E CLAVULANATO - SUSPENSÃO	FR	1.000	AMOXICILINA 250MG/5ML; CLAVULANATO DE POTÁSSIO 6,5MG/5ML, FRASCO COM 75ML, USO ORAL	R\$ 28,20	R\$ 28.200,00
00026	AMPICILINA - INJETÁVEL	FR/AP	1.500	AMPICILINA SODICA 1G, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)	R\$ 7,50	R\$ 11.250,00
00027	APIXABANA 5MG	CP	9.000	APIXABANA 5MG	R\$ 0,82	R\$ 7.380,00
00028	ARIPIPAZOL	CP	3.000	ARIPIPAZOL 10MG	R\$ 0,80	R\$ 2.400,00
00029	ATRACURIO - INJETÁVEL	AP	50	BESILATO DE ATRACÚRIO 10MG/ML, AMPOLA COM 2,5ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 22,84	R\$ 1.142,00
00030	ATROPINA - INJETÁVEL	AP	1.500	SULFATO DE ATROPINA 0,5MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)	R\$ 2,74	R\$ 4.110,00
00031	AZITROMICINA - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	2.500	AZITROMICINA DI-HIDRATADA 500MG, USO ORAL	R\$ 1,36	R\$ 3.400,00
00032	BACLOFENO 10MG	CP	6.000	BACLOFENO 10MG	R\$ 0,30	R\$ 1.800,00
00033	BENZILPENICILINA - INJETÁVEL	FR/AP	7.000	BENZILPENICILINA BENZTINA 1.200.000UI, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)	R\$ 15,42	R\$ 107.940,00
00034	BICARBONATO DE SÓDIO - INJETÁVEL	AP	500	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 1,36	R\$ 680,00
00035	BICARBONATO DE SÓDIO 8.4%	UN	500	BICARBONATO DE SÓDIO 8.4%, FRASCO 250ML	R\$ 27,89	R\$ 13.945,00
00036	BIPERIDENO 2MG	CP	60.000	BIPERIDENO 2MG	R\$0,26	R\$15.000,00
00037	BIPIRIDENO - INJETÁVEL	AP	800	LACTATO DE BIPIRIDENO 5MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV)	R\$2,48	R\$1.984,00
00038	BROMETO DE IPRATROPIO - SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO	FR	800	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG/ML, FRASCO COM 20ML	R\$9,97	R\$7.976,00
00039	BROMOPRIDA - SOLUÇÃO ORAL	FR	2.000	BROMOPRIDA 4MG/ML, FRASCO COM 20ML, USO ORAL	R\$5,87	R\$11.740,00
00040	BROMOPRIDA- INJETAVEL	UN	5.000	BROMOPRIDA INJETAVEL, EV, 10MG/2ML	R\$1,76	R\$8.800,00
00041	BUPIVACAÍNA E GLICOSE - INJETÁVEL	AP	1.500	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA 5MG/ML; GLICOSE 80MG/ML, AMPOLA COM 4ML, INJETÁVEL (EV)	R\$6,80	R\$10.200,00
00042	BUPROPIONA 150 MG	CP	12.000	BUPROPIONA 150 MG	R\$0,36	R\$4.320,00
00043	BUTILBROMETO DE	AP	2.800	BUTILBROMETO DE	R\$5,00	R\$14.000,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

	ESCOPOLAMINA - INJETÁVEL			ESCOPOLAMINA 20MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV)		00
00044	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA E DIPIRONA - INJETÁVEL	AP	6.000	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML; DIPIRONA MONOIDRATADA 500MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)	R\$2,94	R\$17.640,00
00045	BUTILESCOPOLAMINA 10 MG	CP	3.000	BUTILESCOPOLAMINA 10 MG	R\$0,49	R\$1.470,00
00046	CAPTOPRIL - COMPRIMIDO	CP	2.000	CAPTOPRIL 25MG, USO ORAL	R\$0,06	R\$120,00
00047	CARBAMAZEPINA 20 MG/100 ML/SUSP.	FR	200	CARBAMAZEPINA 20 MG/100 ML/SUSP.	R\$7,74	R\$1.548,00
00048	CARBAMAZEPINA 200 MG	CP	80.000	CARBAMAZEPINA 200 MG	R\$0,22	R\$17.600,00
00049	CARBONATO DE CALCIO 1250 MG COMPRIMIDO	CP	80.000	CARBONATO DE CALCIO 1250 MG COMPRIMIDO	R\$0,83	R\$66.400,00
00050	CARBONATO DE LITIO 300 MG	CP	30.000	CARBONATO DE LITIO 300 MG	R\$0,42	R\$12.600,00
00051	CARBONATO DE LITIO CR 450MG	CP	3.000	CARBONATO DE LITIO CR 450MG	R\$0,85	R\$2.550,00
00052	CARVÃO ATIVADO PÓ	PT	12	CARVÃO ATIVADO PÓ, EMBALAGEM DE 500G, USO ORAL	R\$74,70	R\$896,40
00053	CEFALOTINA INJETÁVEL	FR/AP	6.000	CEFALOTINA SÓDICA 1G, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)	R\$8,81	R\$52.860,00
00054	CEFEPIME - INJETÁVEL	FR/AP	5.000	CLORIDRATO DE CEFEPIMA 1G, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)	R\$9,43	R\$47.150,00
00055	CEFTRIAXONA EV - INJETÁVEL	FR/AP	10.000	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV).	R\$4,56	R\$45.600,00
00056	CEFTRIAXONA IM - INJETÁVEL	FR/AP	4.000	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (IM), DILUENTE LIDOCAÍNA 1%	R\$6,76	R\$27.040,00
00057	CETOCONAZOL 200 MG	CP	6.000	CETOCONAZOL 200 MG	R\$0,25	R\$1.500,00
00058	CETOPROFENO EV - INJETÁVEL	FR/AP	6.000	CETOPROFENO 100MG, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)	R\$4,23	R\$25.380,00
00059	CETOPROFENO IM - INJETÁVEL	AP	3.000	CETOPROFENO 50MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (IM)	R\$1,49	R\$4.470,00
00060	CICLOBENZAPRINA 5 MG	CP	6.000	CICLOBENZAPRINA 5 MG	R\$0,07	R\$420,00
00061	CILOSTAZOL 100 MG	CP	9.000	CILOSTAZOL 100 MG	R\$0,77	R\$6.930,00
00062	CILOSTAZOL 50 MG	CP	9.000	CILOSTAZOL 50 MG	R\$0,79	R\$7.110,00
00063	CINARIZINA 75 MG	CP	20.000	CINARIZINA 75 MG	R\$0,58	R\$11.600,00
00064	CIPROFLOXACINO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	1.000	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500MG, USO ORAL	R\$1,10	R\$1.100,00
00065	CIPROFLOXACINO - INJETÁVEL	FR	2.500	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 2MG/ML, FRASCO COM 100ML, INJETÁVEL (EV)	R\$6,52	R\$16.300,00
00066	CITALOPRAM 20 MG	CP	12.000	CITALOPRAM 20 MG	R\$0,24	R\$2.880,00
00067	CLINDAMICINA - INJETÁVEL	AP	2.000	FOSFATO DE CLINDAMICINA 150MG/ML, AMPOLA COM 4ML,	R\$6,90	R\$13.800,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

				INJETÁVEL (EV)		
00068	CLONAZEPAM - SOLUÇÃO ORAL	FR	12	CLONAZEPAM 2,5MG/ML, FRASCO COM 20ML, USO ORAL	R\$2,72	R\$32,64
00069	CLONAZEPAM 0,5 MG	CP	20.000	CLONAZEPAM 0,5 MG	R\$ 0,08	R\$ 1.600,00
00070	CLONAZEPAM 2 MG	CP	200.000	CLONAZEPAM 2 MG	R\$ 0,09	R\$ 18.000,00
00071	CLONAZEPAM 2,5MG/ ML FRASCO COM 20 ML	FR	1.000	CLONAZEPAM 2,5MG/ ML FRASCO COM 20 ML	R\$ 2,41	R\$ 2.410,00
00072	CLONIDINA - COMPRIMIDO	CP	9.000	CLORIDRATO DE CLONIDINA, 0,100MG, USO ORAL	R\$ 0,29	R\$ 2.610,00
00073	CLONIDINA - INJETÁVEL	AP	400	CLORIDRATO DE CLONIDINA 150MCG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 8,82	R\$ 3.528,00
00074	CLOPIDOGREL - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	500	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG, USO ORAL	R\$ 0,33	R\$ 165,00
00075	CLOPIDOGREL 75 MG	CP	9.000	CLOPIDOGREL 75 MG	R\$ 0,40	R\$ 3.600,00
00076	CLORETO DE CETILPIRIDÍNIO - ENXAGUANTE BUCAL	FR	15	CLORETO DE CETILPIRIDÍNIO 0,500MG/ML, FRASCO COM 250ML	R\$ 16,27	R\$ 244,05
00077	CLORETO DE POTÁSSIO 10MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)	AP	750	CLORETO DE POTÁSSIO 10MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 0,37	R\$ 277,50
00078	CLORETO DE POTASSIO 6%	FR	400	CLORETO DE POTASSIO 6% COM 100 ML	R\$ 2,69	R\$ 1.076,00
00079	CLORETO DE SÓDIO 10% INJETÁVEL	AP	400	CLORETO DE SÓDIO 10MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 0,47	R\$ 188,00
00080	CLORIDRATO BUPIVACAÍNA ISOBÁRICA 0,5%	UN	1.000	CLORIDRATO BUPIVACAÍNA ISOBÁRICA 0,5%; AMPOLA DE 4ML.	R\$ 10,83	R\$ 10.830,00
00081	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% COM VASOCONSTRITOR - INJETÁVEL	FR/AP	100	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20MG/ML, EPINEFRINA 5MCG/ML, FRASCO/AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (SC)	R\$ 4,40	R\$ 440,00
00082	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2%, SEM VASOCONSTRITOR - INJETÁVEL	FR/AP	2.000	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA MONOIDRATADA 20MG/ML, FRASCO/AMPOLA COM 20ML, INJETÁVEL (EV, SC)	R\$ 4,31	R\$ 8.620,00
00083	CLORIDRATO DE NALOXONA - INJETÁVEL	AP	50	CLORIDRATO DE NALOXONA 0,4MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, SC, IM)	R\$ 6,33	R\$ 316,50
00084	CLORIDRATO DE PROXIMETACAÍNA - COLÍRIO	FR	50	CLORIDRATO DE PROXIMETACAÍNA 5MG/ML, FRASCO COM 5ML, USO OFTALMOLÓGICO	R\$ 3,12	R\$ 156,00
00085	CLORIDRATO DE VANCOMICINA - INJETÁVEL	FR/AP	2.500	CLORIDRATO DE VANCOMICINA 500MG, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)	R\$ 8,47	R\$ 21.175,00
00086	CLORPROMAZINA - INJETÁVEL	AP	500	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 5MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 5,01	R\$ 2.505,00
00087	CLORTALIDONA 50 MG	CP	20.000	CLORTALIDONA 50 MG	R\$ 0,46	R\$ 9.200,00
00088	Clozapina 100mg	CP	9.000	Clozapina 100mg	R\$ 5,80	R\$ 52.200,00
00089	COLAGENASE COM CLORAFENICOL - POMADA	TB	1.000	COLAGENASE 0,6 U/G, CLORAFENICOL 0,01 G/G, BISNAGA COM 30G, USO TÓPICO	R\$ 13,34	R\$ 13.340,00
00090	COMPLEXO B - INJETÁVEL	AP	5.500	CLORIDRATO DE TIAMINA (B1) 4MG/ML; FOSFATO SÓDICO DE RIBOFLAVINA (B2) 1MG/ML;	R\$ 1,05	R\$ 5.775,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

				CLORIDRATO DE PIRIDOXINA (B6) 2MG/ML; NICOTINAMIDA (B3) 20MG/ML; DEXPANTENOL (PRÓ-B5) 3MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV)		
00091	DENOSUMAB 60 MG	CX	12	DENOSUMAB 60 MG	R\$ 746,02	R\$ 8.952,24
00092	DESLANOSÍDEO - INJETÁVEL	AP	100	DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 2,45	R\$ 245,00
00093	DESVENLAFAXINA SUCCINATO 100 MG	CP	12.000	DESVENLAFAXINA SUCCINATO 100 MG	R\$ 0,81	R\$ 9.720,00
00094	DESVENLAFAXINA SUCCINATO 50 MG	CP	15.000	DESVENLAFAXINA SUCCINATO 50 MG	R\$ 0,84	R\$ 12.600,00
00095	DEXAMETASONA - INJETÁVEL	AP	4.500	FOSFATO DISSODICO DE DEXAMETASONA 4MG/ML, AMPOLA COM 2,5ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 0,88	R\$ 3.960,00
00096	DEXAMETASONA - POMADA	TB	5.650	ACETATO DE DEXAMETASONA 1MG/G, BISNAGA COM 10G, USO TÓPICO	R\$ 4,71	R\$ 26.611,55
00097	DEXCLORFENIRAMIN A - SOLUÇÃO ORAL	FR	200	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML, FRASCO COM 120ML, USO ORAL	R\$ 5,17	R\$ 1.034,00
00098	DEXTRO CETAMINA	AP	500	CLORIDRATO DE DEXTROCEMINA 50MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 18,83	R\$ 9.415,00
00099	DIAZEPAM - COMPRIMIDO	CP	50.200	DIAZEPAM 10MG, USO ORAL	R\$ 0,19	R\$ 9.538,00
00100	DIAZEPAM - INJETÁVEL	AP	1.500	DIAZEPAM 5MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 1,13	R\$ 1.695,00
00101	DICLOFENACO DE SÓDIO - COMPRIMIDO	CP	31.000	DICLOFENACO DE SÓDIO 50MG, USO ORAL	R\$ 0,13	R\$ 4.030,00
00102	DICLOFENACO DE SÓDIO - INJETÁVEL	AP	4.000	DICLOFENACO DE SÓDIO 25MG/ML, AMPOLA COM 3ML, INJETÁVEL (IM)	R\$ 1,29	R\$ 5.160,00
00103	DIMENIDRINATO 30MG + 50MG DE CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + 1000MG DE GLICOSE + 1000MG DE FRUTOSE (DRAMI	UN	5.000	DIMENIDRINATO 30MG + 50MG DE CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + 1000MG DE GLICOSE + 1000MG DE FRUTOSE. AMPOLA DE 10ML, EV	R\$ 8,50	R\$ 42.500,00
00104	DIMENIDRINATO COM CLORIDRATO DE PIRIDOX - INJETÁVEL	AP	2.500	DIMENIDRINATO 50MG/ML; COM CLORIDRATO DE PIRIDOX 50MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (IM)	R\$ 4,74	R\$ 11.850,00
00105	DIOSMINA MAIS HESPERIDINA 450/50 MG	CP	24.000	DIOSMINA MAIS HESPERIDINA 450/50 MG	R\$ 0,58	R\$ 13.920,00
00106	DIPIRONA - COMPRIMIDO	CP	52.000	DIPIRONA SÓDICA 500MG, USO ORAL	R\$ 0,11	R\$ 5.720,00
00107	DIPIRONA - INJETÁVEL	AP	20.000	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 0,85	R\$ 17.000,00
00108	DIPIRONA - SOLUÇÃO ORAL	FR	600	DIPIRONA 500MG/ML, FRASCO COM 10ML, USO ORAL	R\$ 5,34	R\$ 3.204,00
00109	DIPIRONA+ BUTILESC OPOLAMINA 250/10 MG	CP	30.000	DIPIRONA+ BUTILESCOPOLAMINA 250/10 MG	R\$ 0,26	R\$ 7.800,00
00110	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG/ML FOSFATO DISSÓDICO DE	AP	4.000	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG/ML FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML,	R\$ 10,48	R\$ 41.920,00

Assinado por: JES ROQUE JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://presidentelegario.1doc.com.br/verificacao/6513-0503-E03C-3F14> e informe o código 6513-0503-E03C-3F14

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

	BETAMETASONA 2MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁ			AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (IM)		
00111	DISFOR SACHES		3.000	DISFOR SACHES	R\$ 7,11	R\$ 21.330,00
00112	DIVALPROATO DE SODIO ER 500 MG	CP	20.000	DIVALPROATO DE SODIO ER 500 MG	R\$ 1,13	R\$ 22.600,00
00113	DOBUTAMINA - INJETÁVEL	AP	2.000	CLORIDRATO DE DOBUTAMINA 12,5/ML, AMPOLA COM 20ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 6,09	R\$ 12.180,00
00114	DONILA DUO 10/20	CP	3.000	DONILA DUO 10/20	R\$ 6,91	R\$ 20.730,00
00115	DULOXETINA 30 MG	CP	12.000	DULOXETINA 30 MG	R\$ 0,89	R\$ 10.680,00
00116	DULOXETINA 60MG	CP	20.000	DULOXETINA 60MG	R\$ 1,91	R\$ 38.200,00
00117	EFEDRINA - INJETÁVEL	AP	300	SULFATO DE EFEDRINA 50MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)	R\$ 5,52	R\$ 1.656,00
00118	ENOXAPARINA 20MG - INJETÁVEL	UN	500	ENOXAPARINA SÓDICA 20MG, SOLUÇÃO 20 MG/0,2 ML, INJETÁVEL (SC), SERINGAS PRÉ-ENCHIDAS COM SISTEMA DE SEGURANÇA.	R\$ 14,24	R\$ 7.120,00
00119	ENOXAPARINA 40MG - INJETÁVEL	UN	4.500	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG, SOLUÇÃO 40 MG/0,4 ML, INJETÁVEL (SC), SERINGAS PREENCHIDAS COM SISTEMA DE SEGURANÇA. ENOXAPARINA SÓDICA 40MG, SOLUÇÃO 40 MG/0,4 ML, INJETÁVEL (SC), SERINGAS PRÉ-ENCHIDAS COM SISTEMA DE SEGURANÇA.	R\$ 13,95	R\$ 62.775,00
00120	ENOXAPARINA 60MG - INJETÁVEL	UN	4.500	ENOXAPARINA SÓDICA 60MG, SOLUÇÃO 60 MG/0,6 ML, INJETÁVEL (SC), SERINGAS PRÉ-ENCHIDAS COM SISTEMA DE SEGURANÇA. ENOXAPARINA SÓDICA 60MG, SOLUÇÃO 60 MG/0,6 ML, INJETÁVEL (SC), SERINGAS PREENCHIDAS COM SISTEMA DE SEGURANÇA.	R\$ 18,36	R\$ 82.620,00
00121	EPINEFRINA - INJETÁVEL	AP	800	EPINEFRINA 1MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)	R\$ 1,10	R\$ 880,00
00122	ERGOMETRINA - INJETÁVEL	AP	700	MALEATO DE METILERGOMETRINA 0,2MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)	R\$ 3,03	R\$ 2.121,00
00123	ESCITALOPRAM OXALATO 10 MG	CP	9.000	ESCITALOPRAM OXALATO 10 MG	R\$ 0,15	R\$ 1.350,00
00124	ESCITALOPRAM OXALATO 20 MG	CP	9.000	ESCITALOPRAM OXALATO 20 MG	R\$ 0,29	R\$ 2.610,00
00125	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	CP	1.000	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	R\$ 1,36	R\$ 1.360,00
00126	ETOMIDATO-INJETAVEL	UN	3.000	ETOMIDATO 2MG/10ML	R\$ 12,02	R\$ 36.060,00
00127	FENITOÍNA - COMPRIMIDO	CP	200	FENITOÍNA 100MG, USO ORAL	R\$ 0,32	R\$ 64,00
00128	FENITOÍNA - INJETÁVEL	AP	300	FENITOÍNA SÓDICA 50MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 4,50	R\$ 1.350,00
00129	FENOBARBITAL -	AP	300	FENOBARBITAL SÓDICO	R\$ 4,25	R\$ 1.275,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

	INJ.5000 UI, 0,25ML			0,25ML		82.530,00
00154	HIDRALAZINA - INJETÁVEL	UN	5.000	HIDRALAZINA 20MG/ML- AMPOLA DE 1 ML	R\$ 7,29	R\$ 36.450,00
00155	HIDROCORTISONA 100MG - INJETÁVEL	FR/AP	6.500	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 100MG, FRASCO-AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 3,81	R\$ 24.765,00
00156	HIDROCORTISONA 500MG - INJETÁVEL	FR/AP	2.500	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 500MG, FRASCO-AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 4,23	R\$ 10.575,00
00157	HIDRÓXIDO DE FERRO III - INJETÁVEL	AP	3.000	SACARATO DE HIDRÓXIDO DE FERRO 20MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 10,73	R\$ 32.190,00
00158	HIDROXIDO DE FERRO III- 100MG/5ML E.V	AP	150	HIDROXIDO DE FERRO III- 100MG/5ML E.V	R\$ 11,54	R\$ 1.731,00
00159	IBUPROFENO - SUSPENSÃO ORAL	FR	550	IBUPROFENO 50MG/ML, FRASCO COM 30ML, USO ORAL	R\$ 2,53	R\$ 1.391,50
00160	IBUPROFENO 600MG	CP	25.000	IBUPROFENO 600MG	R\$ 0,23	R\$ 5.750,00
00161	IMIPRAMINA 25MG	CP	40.000	IMIPRAMINA 25MG	R\$ 1,14	R\$ 45.600,00
00162	IMUNOGLOBULINA HUMANA - INJETÁVEL	AP	12	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-RHO(D) 300MCG, AMPOLA, INJETÁVEL (IM)	R\$ 319,72	R\$ 3.836,64
00163	INSULINA HUMANA NPH - INJETÁVEL	FR/AP	240	INSULINA HUMANA RECOMBINANTE NPH100UI/ML, FRASCO-AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (SC)	R\$ 70,16	R\$ 16.838,40
00164	INSULINA HUMANA REGULAR- INJETÁVEL	FR/AP	240	INSULINA HUMANA REGULAR 100UI/ML, FRASCO-AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV,IM, SC)	R\$ 66,20	R\$ 15.888,00
00165	ISOSSORBIDA - COMPRIMIDO	CP	800	DINITRATO DE ISOSSORBIDA 5MG, USO SUBLINGUAL	R\$ 0,41	R\$ 328,00
00166	LAMOTRIGINA 100 MG	CP	27.000	LAMOTRIGINA 100 MG	R\$ 0,50	R\$ 13.500,00
00167	LAMOTRIGINA 50 MG	CP	12.000	LAMOTRIGINA 50 MG	R\$ 0,28	R\$ 3.360,00
00168	LEVODOPA + BENSERAZIDA 100/25 MG	CP	15.000	LEVODOPA + BENSERAZIDA 100/25 MG	R\$ 1,58	R\$ 23.700,00
00169	LEVODOPA + BENSERAZIDA 200/50 MG	CP	20.000	LEVODOPA + BENSERAZIDA 200/50 MG	R\$ 3,00	R\$ 60.000,00
00170	LEVOFLOXACINO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	900	LEVOFLOXACINO 500MG, USO ORAL	R\$ 0,76	R\$ 684,00
00171	LEVOMEPRIMAZINA - SOLUÇÃO ORAL	FR	1.000	LEVOMEPRIMAZINA 40MG/ML, FRASCO COM 20ML, USO ORAL	R\$ 23,25	R\$ 23.250,00
00172	LEVOMEPRIMAZINA 100 MG	CP	40.000	LEVOMEPRIMAZINA 100 MG	R\$ 0,74	R\$ 29.600,00
00173	LEVOMEPRIMAZINA 25 MG	CP	10.000	LEVOMEPRIMAZINA 25 MG	R\$ 0,74	R\$ 7.400,00
00174	LIDOCAÍNA - GELEIA	TB	1.200	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20MG/G, BISNAGA COM 30G, USO TÓPICO	R\$ 9,30	R\$ 11.160,00
00175	LORAZEPAN 2 MG	CP	20.000	LORAZEPAN 2 MG	R\$ 0,17	R\$ 3.400,00
00176	LOSARTANA 25 MG	CP	80.000	LOSARTANA 25 MG	R\$ 0,54	R\$ 43.200,00
00177	MANITOL - INJETÁVEL	FR	2.000	SOLUÇÃO DE MANITOL 200MG/ML, FRASCO COM 250ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 9,03	R\$ 18.060,00
00178	MEMANTINA 10 MG	CP	3.000	MEMANTINA 10 MG	R\$ 0,37	R\$ 1.110,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

00179	MEROPENEM - INJETÁVEL	FR/AP	2.500	MEROPENEM TRI-HIDRATADO 1G, FRASCO-AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)	R\$ 19,58	R\$ 48.950,00
00180	METARAMINOL - INJETÁVEL	AP	2.000	HEMITARTARATO DE METARAMINOL 10MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 19,46	R\$ 38.920,00
00181	METILDOPA 250MG	CP	20.000	METILDOPA 250MG	R\$ 1,00	R\$ 20.000,00
00182	METILFENIDATO 10 MG	CP	3.000	METILFENIDATO 10 MG	R\$ 0,75	R\$ 2.250,00
00183	METOCLOPRAMIDA - INJETÁVEL	AP	5.500	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 0,88	R\$ 4.840,00
00184	METOPROLOL - INJETÁVEL	AP	20	TARTARATO DE METOPROLOL 1MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 23,27	R\$ 465,40
00185	METRONIDAZOL - COMPRIMIDO	CP	1.000	METRONIDAZOL 250MG, USO ORAL	R\$ 0,28	R\$ 280,00
00186	METRONIDAZOL - GELÉIA	TB	550	METRONIDAZOL 100MG/G, BISNAGA COM 50ML, USO TÓPICO	R\$ 9,27	R\$ 5.098,50
00187	METRONIDAZOL - INJETÁVEL	FR	900	METRONIDAZOL 5MG/ML, FRASCO COM 100ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 6,24	R\$ 5.616,00
00188	METRONIDAZOL GELEIA 100 MG/ G	BS	600	METRONIDAZOL GELEIA 100 MG/ G COM 50G	R\$ 16,52	R\$ 9.912,00
00189	MICONAZOL 20 MG/G CREME VAGINAL	UN	600	MICONAZOL 20 MG/G CREME VAGINAL	R\$ 11,35	R\$ 6.810,00
00190	MIDAZOLAM 10ML - INJETÁVEL	AP	800	CLORIDRATO DE MIDAZOLAM 5 MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV, IM, RETAL)	R\$ 2,76	R\$ 2.208,00
00191	MIDAZOLAM 3ML - INJETÁVEL	AP	500	CLORIDRATO DE MIDAZOLAM 5MG/ML, AMPOLA COM 3ML, INJETÁVEL (EV, IM, RETAL)	R\$ 3,62	R\$ 1.810,00
00192	MIRTAZAPINA 30 MG	CP	12.000	MIRTAZAPINA 30 MG	R\$ 1,12	R\$ 13.440,00
00193	MORFINA 10MG - INJETÁVEL	AP	2.000	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 5,69	R\$ 11.380,00
00194	MORFINA 1MG - INJETÁVEL	AP	1.000	SULFATO DE MORFINA 1MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 7,45	R\$ 7.450,00
00195	MORFINA PARA RAQUIANESTESIA - INJETÁVEL	AP	1.000	SULFATO DE MORFINA 0,1MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM, EPIDURAL)	R\$ 3,79	R\$ 3.790,00
00196	NALTREXONA 50MG	CP	9.000	NALTREXONA 50MG	R\$ 5,33	R\$ 47.970,00
00197	NEOMICINA E BACITRACINA - POMADA	TB	500	SULFATO DE NEOMICINA 5MG/G; BACITRACINA ZÍNCICA 205UI/G, BISNAGA COM 15G, USO TÓPICO	R\$ 7,91	R\$ 3.955,00
00198	NEOMICINA+BACITRACINA 5/250	BS	4.000	NEOMICINA+BACITRACINA 5/250	R\$ 2,52	R\$ 10.080,00
00199	NEOSTIGMINA - INJETÁVEL	AP	100	METILSULFATO DE NEOSTIGMINA 0,5MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)	R\$ 2,11	R\$ 211,00
00200	NEULEPTIL 10MG	CP	9.000	NEULEPTIL 10MG	R\$ 0,67	R\$ 6.030,00
00201	NIFEDIPINO - COMPRIMIDO	CP	500	NIFEDIPINO 10MG, USO ORAL	R\$ 0,72	R\$ 360,00
00202	NIFEDIPINO 20 MG	CP	80.000	NIFEDIPINO 20 MG	R\$ 0,30	R\$ 24.000,00
00203	NIMESULIDA GTS 50 MG/ML	FR	1.000	NIMESULIDA GTS 50 MG/ML	R\$ 3,06	R\$ 3.060,00
00204	NITROGLICERINA - INJETÁVEL	AP	150	NITROGLICERINA 5MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 43,22	R\$ 6.483,00

Assinado digitalmente por: **RODRIGO DE SOUZA LIMA**, Diretor de Administração, em 14/05/2018 às 14:45:11. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portaltransparencia.mg.gov.br/verificacao>. Documento assinado eletronicamente em 14/05/2018 às 14:45:11.

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

00205	NITROPRUSIATO DE SÓDIO - INJETÁVEL	FR/AP	1.000	NITROPRUSSETO DE SÓDIO DIIDRATADO 50MG, FRASCO/AMPOLA, INJETÁVEL (EV) - ACOMPANHA ENVELOPES FOTOPROTETORES	R\$ 40,39	R\$ 40.390,00
00206	NOREPINEFRINA - INJETÁVEL	AP	500	HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 2MG/ML, AMPOLA COM 4ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 1,04	R\$ 520,00
00207	NORFLOXACINO 400 MG	CP	15.000	NORFLOXACINO 400 MG	R\$ 0,90	R\$ 13.500,00
00208	OCITOCINA - INJETÁVEL	AP	600	OCITOCINA 5UI/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV/IM)	R\$ 3,62	R\$ 2.172,00
00209	OLANZAPINA 10 MG	CP	17.000	OLANZAPINA 10 MG	R\$ 0,58	R\$ 9.860,00
00210	OLANZAPINA 2,5 MG	CP	6.000	OLANZAPINA 2,5 MG	R\$ 0,57	R\$ 3.420,00
00211	OLANZAPINA 5MG	CP	15.000	OLANZAPINA 5MG	R\$ 0,46	R\$ 6.900,00
00212	OLEO MINERAL 100% PURO - SUSPENSÃO	FR	1.000	ÓLEO MINERAL PURO, FRASCO COM 100ML, USO ORAL	R\$ 4,08	R\$ 4.080,00
00213	OMEPRAZOL - CÁPSULA GELATINOSA	CP	3.500	OMEPRAZOL 20MG, USO ORAL	R\$ 0,12	R\$ 420,00
00214	OMEPRAZOL - INJETÁVEL	FR/AP	5.000	OMEPRAZOL 40MG, FRASCO-AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)	R\$ 7,72	R\$ 38.600,00
00215	OMEPRAZOL 20MG	CP	60.000	OMEPRAZOL 20MG	R\$ 0,13	R\$ 7.800,00
00216	ONDASETRONA - INJETÁVEL	AP	2.000	CLORIDRATO DE ONDASETRONA 2MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV/IM)	R\$ 1,07	R\$ 2.140,00
00217	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	CP	9.000	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	R\$ 0,88	R\$ 7.920,00
00218	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	CP	9.000	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	R\$ 1,45	R\$ 13.050,00
00219	PARACETAMOL 500 MG	CP	30.500	PARACETAMOL 500 MG	R\$ 0,39	R\$ 11.895,00
00220	PARACETAMOL- SOLUÇÃO ORAL	FR	550	PARACETAMOL 20MG/ML, FRASCO COM 15ML, USO ORAL	R\$ 1,21	R\$ 665,50
00221	PAROXETINA 20 MG	CP	12.000	PAROXETINA 20 MG	R\$ 0,28	R\$ 3.360,00
00222	PENTOXIFILINA 400 MG	CP	15.000	PENTOXIFILINA 400 MG	R\$ 1,87	R\$ 28.050,00
00223	POLICRESULENO - SOLUÇÃO CONCENTRADA	FR	20	POLICRESULENO 360MG/G, FRASCO COM 12ML, USO TÓPICO	R\$ 41,59	R\$ 831,80
00224	POLIVITAMINICO COMPRIMIDOS ENCARTELADOS	CP	50.000	POLIVITAMINICO COMPRIMIDOS ENCARTELADOS	R\$ 1,81	R\$ 90.500,00
00225	PREGABALINA 150 MG	CP	20.000	PREGABALINA 150 MG	R\$ 0,46	R\$ 9.200,00
00226	PREGABALINA 75 MG	CP	20.000	PREGABALINA 75 MG	R\$ 0,52	R\$ 10.400,00
00227	PRIMIDONA 100 MG	CP	3.000	PRIMIDONA 100 MG	R\$ 0,75	R\$ 2.250,00
00228	PROMETAZINA - INJETÁVEL	AP	2.000	PROMETAZINA 25MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (IM)	R\$ 3,71	R\$ 7.420,00
00229	PROPAFENONA - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	600	CLORIDRATO DE PROPAFENONA 150MG, USO ORAL	R\$ 1,25	R\$ 750,00
00230	PROPOFOL - INJETÁVEL	AP	300	PROPOFOL 10MG/ML, AMPOLA COM 20ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 12,63	R\$ 3.789,00
00231	PVPI 2,5% - COLÍRIO	FR	20	IDOPOVIDONA 25MG/ML, FRASCO COM 10ML, USO OFTAMOLÓGICO	R\$ 43,99	R\$ 879,80

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

00232	QUETIAPINA 100 MG	CP	19.000	QUETIAPINA 100 MG	R\$ 0,77	R\$ 14.630,00
00233	QUETIAPINA 200MG	CP	20.000	QUETIAPINA 200MG	R\$ 0,79	R\$ 15.800,00
00234	QUETIAPINA 25 MG	CP	18.000	QUETIAPINA 25 MG	R\$ 0,36	R\$ 6.480,00
00235	QUETIAPINA 50 MG	CP	9.000	QUETIAPINA 50 MG	R\$ 5,92	R\$ 53.280,00
00236	RENAL-VIT PLUS	CP	6.000	RENAL-VIT PLUS	R\$ 4,99	R\$ 29.940,00
00237	RETEMIC 5 MG	CP	9.000	RETEMIC 5 MG	R\$ 1,22	R\$ 10.980,00
00238	RISPERIDONA 1 MG	CP	15.000	RISPERIDONA 1 MG	R\$ 0,11	R\$ 1.650,00
00239	RISPERIDONA 2 MG	CP	30.000	RISPERIDONA 2 MG	R\$ 0,11	R\$ 3.300,00
00240	RISPERIDONA 3MG	CP	6.000	RISPERIDONA 3MG	R\$ 0,24	R\$ 1.440,00
00241	RIVAROXABANA - COMPRIMIDO	CP	1.000	RIVAROXABANA 10MG, USO ORAL	R\$ 0,26	R\$ 260,00
00242	RIVAROXABANA 10 MG (XARELTO)	CP	9.000	RIVAROXABANA 10 MG (XARELTO)	R\$ 0,23	R\$ 2.070,00
00243	RIVAROXABANA 15MG	CP	9.000	RIVAROXABANA 15MG	R\$ 0,31	R\$ 2.790,00
00244	RIVAROXABANA 20 MG	CP	20.000	RIVAROXABANA 20 MG	R\$ 0,41	R\$ 8.200,00
00245	SALBUTAMOL - AEROSOL	FR	2.000	SALBUTAMOL 120,5 MCG/DOSE, FRASCO COM 200 DOSES, USO ORAL	R\$ 12,71	R\$ 25.420,00
00246	SALBUTAMOL - XAROPE	FR	50	SALBUTAMOL 0,4MG/ML, FRASCO COM 120ML, USO ORAL	R\$ 12,03	R\$ 601,50
00247	SEEBRI 50MCG	CPS	9.000	SEEBRI 50MCG	R\$ 8,69	R\$ 78.210,00
00248	SERTRALINA 100 MG	CP	18.000	SERTRALINA 100 MG	R\$ 0,42	R\$ 7.560,00
00249	SERTRALINA 50 MG	CP	12.000	SERTRALINA 50 MG	R\$ 0,28	R\$ 3.360,00
00250	SIMETICONA - EMULSÃO ORAL	FR	5.550	SIMETICONA 75MG/ML, FRASCO COM 15ML, USO ORAL	R\$ 3,68	R\$ 20.424,00
00251	SULFADIAZINA DE PRATA - POMADA	TB	1.000	SULFADIAZINA DE PRATA MICRONIZADA 10MG/G, BISNAGA COM 50G, USO TÓPICO	R\$ 71,96	R\$ 71.960,00
00252	SULFATO DE MAGNÉSIO 10%	UN	2.000	SULFATO DE MAGNÉSIO 10%, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL	R\$ 1,49	R\$ 2.980,00
00253	SULFATO DE MAGNÉSIO 20% - INJETÁVEL	AP	2.000	SULFATO DE MAGNÉSIO 20G/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 1,12	R\$ 2.240,00
00254	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% - INJETÁVEL	AP	400	SULFATO DE MAGNÉSIO 50G/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 5,79	R\$ 2.316,00
00255	SULFATO FERROSO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	1.000	SULFATO FERROSO 40MG, USO ORAL	R\$ 0,12	R\$ 120,00
00256	SUXAMETÔNIO - INJETÁVEL	FR/AP	100	CLORETO DE SUXAMETÔNIO 100MG, FRASCO/AMPOLA, INJETÁVEL (EV)	R\$ 29,34	R\$ 2.934,00
00257	TEGRETOL CR 400 MG	CP	9.000	TEGRETOL CR 400 MG	R\$ 3,19	R\$ 28.710,00
00258	TENOXICAM - INJETÁVEL	FR/AP	6.500	TENOXICAM 20MG, FRASCO-AMPOLA, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 11,51	R\$ 74.815,00
00259	TIAMINA - INJETÁVEL	AP	800	CLORIDRATO DE TIAMINA 100MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 11,67	R\$ 9.336,00
00260	TIAMINA 300 MG COMPRIMIDO	CP	3.000	TIAMINA CLORIDRATO 300 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,30	R\$ 900,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



00261	TOPIRAMATO 100 MG	CP	11.000	TOPIRAMATO 100 MG	R\$ 1,33	R\$ 14.630,00
00262	TOPIRAMATO 25 MG	CP	10.000	TOPIRAMATO 25 MG	R\$ 0,57	R\$ 5.700,00
00263	TOPIRAMATO 50 MG	CP	9.000	TOPIRAMATO 50 MG	R\$ 0,62	R\$ 5.580,00
00264	TRAMADOL - INJETÁVEL	AP	5.000	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)	R\$ 1,35	R\$ 6.750,00
00265	TRAMADOL 100 MG	CP	6.000	TRAMADOL 100 MG	R\$ 0,83	R\$ 4.980,00
00266	TRAMADOL 50 MG	CP	12.000	TRAMADOL 50 MG	R\$ 0,73	R\$ 8.760,00
00267	TRAZODONA 150 MG RETARD	CP	12.000	TRAZODONA 150 MG RETARD	R\$ 4,79	R\$ 57.480,00
00268	TRAZODONA 50 MG	CP	12.000	TRAZODONA 50 MG	R\$ 0,91	R\$ 10.920,00
00269	VENLAFAXINA 150 MG	CP	18.000	VENLAFAXINA 150 MG	R\$ 1,19	R\$ 21.420,00
00270	VENLAFAXINA 75 MG	CP	18.000	VENLAFAXINA 75 MG	R\$ 0,69	R\$ 12.420,00
00271	VENVANCE 30 MG	CP	3.000	VENVANSE 30MG	R\$ 13,44	R\$ 40.320,00
00272	VENVANSE (DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA) 70 MG	CP	3.000	VENVANSE (DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA) 70 MG	R\$ 17,74	R\$ 53.220,00
00273	ZOLPIDEM 10MG	CP	12.000	ZOLPIDEM 10MG	R\$ 0,31	R\$ 3.720,00

1.2 - O objeto da licitação tem a natureza de aquisição de bens comuns.

1.3 - Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4 - A presente aquisição adotará o critério de julgamento **Menor Preço – Item**.

1.5 – O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata, prorrogável por mais 12 meses, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1 – O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições do art. 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

1.6 – Caso o objeto venha a ser prorrogado, seu preço poderá ser reajustado através do INPC, a cada período de 12 (doze) meses, aplicando-se o índice acumulado do período.

02 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A Constituição Federal afirma no Art. 196 que: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

A aquisição dos medicamentos justifica-se para funcionamento das atividades do Hospital Municipal Darci José Fernandes, bem como, para distribuição gratuita na Farmácia da Secretaria de Saúde, Farmácia de Minas e Farmácia do CAPS visto que, o funcionamento dos mesmos é fundamental para atender às necessidades prioritárias de saúde da população de Presidente Olegário/MG. Dessa forma, é estritamente necessária a compra dos itens ora requisitados

03 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A descrição da solução como um todo, abrange a aquisição de medicamentos para o funcionamento das atividades do Hospital Municipal, bem como, para distribuição gratuita Farmácia da Secretaria de Saúde, Farmácia de Minas e Farmácia do CAPS.

O parcelamento da contratação é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto



for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidade autônomas.

04 – REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

4.1 - Obrigações da contratada

4.1.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

4.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

4.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

4.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.1.13. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e legislação de regência;

4.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

4.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal, com indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));



4.2 - Obrigações da Administração:

- 4.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 4.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 4.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 4.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 4.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 4.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo;
- 4.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo;
- 4.2.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 4.2.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

05 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1 - As aquisições serão executadas conforme prescrito nos requisitos da contratação deste Termo de Referência.
- 5.1.2 - As aquisições serão iniciadas após a emissão da ordem de fornecimento, cujas etapas observarão seguir o cronograma estabelecido pela administração.
- 5.1.3 – O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão, parcelado, com prazo de entrega não superior a 8 (oito) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do pedido de compra ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.
- 5.1.4 - A entrega dos medicamentos deverá ser nos seguintes endereços:
 - **Farmácia de Minas:** Praça José Batista Marra, nº 375, Centro, Presidente Olegário-MG
 - **Farmácia da Secretaria de Saúde:** Praça José Batista Marra, nº 375, FUNDOS, Centro, Presidente Olegário- MG.
 - **Farmácia do CAPS:** Praça Afonso de Sá, nº 140, Centro, Presidente Olegário-MG.

** Portanto será de acordo com o requisitante, dessa forma a empresa vencedora deverá confirmar o endereço antes de ser feita a entrega.*

5.2. O prazo de entrega será de 8 (oito) dias consecutivos após emissão da NAF. Os custos de transporte e entrega estarão a cargo do fornecedor. Os pedidos sempre serão realizados no horário de funcionamento do comércio e deverá ser entregue de segunda a sexta de 08h00min às 16h00min.

5.3. Os itens deverão ser entregues de forma parcelada conforme Nota de Autorização de Fornecimento, atendendo aos prazos máximos para fornecimento e garantia (de acordo com o código do consumidor), as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade.

5.4. No ato da entrega, os produtos deverão possuir validade mínima de 2/3 da validade estabelecida pelo fabricante de acordo com a recomendação do TCU. É proibido e de responsabilidade de quem der causa ao aceite de notas fiscais sem a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, em desacordo com o art. 13, inciso X, da Portaria Anvisa 802/1998, c/ o art. 1º, inciso I, da Resolução Anvisa RDC 320/2002.

5.5. Medicamentos genéricos e similares deverão possuir bioequivalência/biodisponibilidade comprovada, dessa forma, os medicamentos similares intercambiáveis deverão constar na Lista de Medicamentos Similares e seus respectivos medicamentos de referência, conforme RDC 58/2014.

5.6. Serão aceitos medicamentos: de referência, genérico(s), definidos pela Lei nº 9.787/99, similar(es) ético(s), desde que atendam à legislação vigente para o Registro de Medicamentos, de acordo com Resolução RDC nº 133, de 29/05/2003. Para efeito de aquisição, prevalecerá aquele tipo de medicamento que apresentar o menor valor no momento do pregão.



5.7. Os medicamentos devem ser fornecidos pela empresa licitada em perfeito estado conservação e acondicionamento, em suas embalagens originais com os lacres intactos, lote e data de validade.

06 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 – As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

07 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÕES E DE PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **30 (trinta) dias** após a entrega, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos materiais.

7.1.1. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.

7.1.2. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da conferência, o objeto contratual não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

7.1.3. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

7.2. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

7.2.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

7.3. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017 e de acordo com o protocolo ICMS 19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais).

7.4. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

7.5. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

7.8. A CONTRATADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.

7.9. A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

7.10. O Município de Presidente Olegário, no ato dos pagamentos, realizará as retenções tributárias devidas, inclusive retenção do Imposto de Renda, nos termos da IN RFB nº 1.234/12, do Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023.

7.10.1. Compete exclusivamente aos fornecedores analisarem o disposto na IN RFB 1.234/12, no Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023 com vistas a requererem eventuais imunidades, isenções ou não incidência da retenção do Imposto de Renda.

08 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 - As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

8.2 - Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.



8.3 - Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão os previstos e exigidos no edital.

09 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 - O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do menor preço item, consta no item 1.1 deste termo, podendo ser sigiloso conforme Art. 24 da Lei 14.133/21.

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa decorrente desta licitação está estimada em **R\$ 3.663.951,57 (três milhões, seiscentos e sessenta e três mil, novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e sete centavos.)**.

10.2. Poderá ser utilizado qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2026, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços, conforme disposto no Art. 17 do Decreto Federal 11.462/23.

11 – SUBCONTRATAÇÃO:

11.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES:

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- I-** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II-** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III-** Der causa à inexecução total do contrato;
- IV-** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V-** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI-** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII-** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII-** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a)** Advertência;
- b)** Multa;
- c)** Impedimento de licitar e contratar e
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a)** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b)** As peculiaridades do caso concreto.
- c)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d)** Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. moratória de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado** sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

12.4.1.1 O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.4.2. compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



contado da data de sua intimação.

12.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

13.1. Do reequilíbrio:

13.1.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do produto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

13.1.2. O reequilíbrio econômico financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

13.1.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

13.1.4. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo de manifestar interesse, assim bem como apresentar o cálculo minucioso do reequilíbrio econômico financeiro a ser aprovado pelo CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

13.1.5. Para a justa concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA deve apresentar Notas Fiscais que demonstrem o desequilíbrio do contrato, sendo, no mínimo, uma NF com Data Emissão próxima a data da última proposta da contratada e uma NF com Data Emissão atualizada, indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item, indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

13.1.6. Somente serão consideradas as solicitações de revisão dos preços, aquelas que tenham concluído o prazo mínimo da proposta, mantenham a margem de lucro estabelecida na assinatura do contrato, não ultrapassem a média dos preços encontrados no mercado em geral, que o contrato esteja vigente e ainda possua saldo.

13.1.7. Sem a apresentação das informações indicadas nos itens “13.1.5” e “13.1.6”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.



13.1.8. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

13.1.9. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

13.1.10. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

13.1.11. Se for o caso, incube a Administração, como fiscal do contrato e por se tratar de tarefa Administrativa, verificar a correção da planilha de custos reequilibrada apresentada pela requerente, em confronto com a Planilha apresentada na proposta, por meio de servidor com conhecimento técnico ou setor competente, se ocorreu a efetiva repercussão dos eventos discriminados no pedido pela forma da Lei, assim, contemplando corretamente os custos que realmente tiveram os fatos comprovados e a partir de que data ocorreu.

13.1.12. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais, autenticados em cartório, ou autenticados por servidor) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

13.1.13. Os valores constantes do contrato serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do objeto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

14 - DA ENTREGA

14.1. Todos os materiais deverão ser entregues de forma parcelada mediante recebimento da Ordem de Fornecimento do Setor de Compras; e no local estipulado para entrega, acompanhada da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega no local de recebimento por funcionário competente sendo que a responsabilidade da entrega será por conta e risco do licitante adjudicado.

14.1.1. Prazo de entrega: em até 8 (oito) dias consecutivos, a contar do recebimento por parte da contratada da Ordem de Fornecimento.

14.2. O Município de Presidente Olegário se reserva o direito de não receber os itens licitados em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

14.3. A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os itens licitados em que se verifiquem irregularidades.

14.4. O Fornecedor sujeitar-se-á fiscalização dos itens licitados no ato da entrega, reservando-se ao Município de Presidente Olegário o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

14.5. Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos itens licitados.

14.6. O Município recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste contrato, termo de referência e proposta;

14.7. O recebimento provisório, será realizado pelo servidor designado do Município, dar-se-á no ato da entrega do objeto, após conferência de sua conformidade com as especificações do edital e da proposta;

14.8. O recebimento definitivo, realizado pelo fiscal do contrato, dar-se-á em até 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após verificação da conformidade do objeto com as exigências e especificações do Contrato.

15. JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

15.1. Ao analisarmos o objeto da presente licitação, qual seja, a aquisição de medicamentos para distribuição gratuita na Farmácia da Secretaria de saúde, Farmácia de Minas e Farmácia do CAPS, , é possível verificar que este não se enquadra nas condições que justificariam a adoção de consórcio. Primeiramente, o valor estimado para este contrato está muito aquém do limite estabelecido para serviços de grande vulto, não se configurando, portanto,



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



como uma contratação de alto valor econômico.

Não há, na contratação pretendida, qualquer característica que indique a necessidade de um consórcio para o atendimento das exigências do contrato. A natureza do fornecimento de medicamentos é relativamente simples, sem demandas específicas que justifiquem a colaboração entre diferentes empresas.

Ademais, a possibilidade de participação de consórcios em um objeto de baixa complexidade, como o fornecimento de medicamentos, contraria o princípio da competitividade previsto na Lei nº 14.133/2021, que visa garantir uma disputa ampla e isonômica entre os licitantes. A admissão de consórcios, em um caso como este, poderia levar à formação de grupos de empresas que, ao invés de competir entre si, se uniriam, prejudicando a livre concorrência e, por conseguinte, a vantajosidade da proposta para a Administração Pública.

Portanto, considerando os parâmetros legais e os princípios da licitação, conclui-se que não há justificativa para a participação de consórcios neste processo licitatório, devendo ser mantida a participação de empresas de forma individual, garantindo-se, assim, a ampla competitividade e a eficiência desejadas pela Administração.



APROVAÇÃO DE PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA FARMÁCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, FARMÁCIA DE MINAS, FARMÁCIA DO CAPS E HOSPITAL MUNICIPAL DARCI JOSÉ FERNANDES.

Considerando que o Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto que pretendemos contratar, **APROVO** o referido documento para que obrigatoriamente seja parte integrante do processo.

Presidente Olegário, 29 de maio de 2026.

Lara Fernandes R. Ribeiro
Secretária Municipal de Saúde



ANEXO II

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO – MG

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA FARMÁCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, FARMÁCIA DE MINAS, FARMÁCIA DO CAPS E HOSPITAL MUNICIPAL DARCI JOSÉ FERNANDES.

Razão Social do Licitante:

CNPJ/CPF :
Endereço :
E-mail :
Telefone / Fax :
Representante : Nome:
Identificação:
Qualificação:
Assinatura:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Especificação	Valor Unitário	Valor total
00001	ACETADO DE RETINOL - POMADA OFTALMOLÓGICA	TB	40	ACETATO DE RETINOL 10.000UI/G; AMINOÁCIDOS 25MG/G; METIONINA 5MG/G; CLORAFENICOL 5MG/G, BISNAGA COM 3,5G. USO OFTAMOLÓGICO		
00002	ACETILCISTEINA INJETAVEL	UN	5.000	ACETILCISTEINA INJETAVEL- 100MG/ML. AMPOLA DE 3ML		
00003	ACIDO ACETILSALICÍLICO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	1.000	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100MG, USO ORAL		
00004	ÁCIDO ASCÓRBICO (VITAMINA C) - INJETÁVEL	AP	3.000	ÁCIDO ASCÓRBICO, 100MG/ML, AMPOLA COM 5 ML, INJETÁVEL (EV)		
00005	ÁCIDO ASCÓRBICO, DRÁGEA	CP	900	CLORIDRATO DE PIPERIDOLATO 100MG; HESPERIDINA COMPLEXO 50MG; ÁCIDO ASCÓRBICO 50MG, USO ORAL		
00006	ÁCIDO FÓLICO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	500	ÁCIDO FÓLICO 5MG, USO ORAL		
00007	ÁCIDO TRANEXANICO - INJETÁVEL	AP	2.000	ACIDO TRANEXAMICO, 50MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)		
00008	ADDERA D3 7000UI	CP	3.000	ADDERA D3 7000UI		
00009	ADENOSINA - INJETÁVEL	AP	500	ADENOSINA 3MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV)		
00010	ÁGUA BIDEUTILADA (ABD), INJETÁVEL	AP	60.000	ÁGUA BIDEUTILADA ESTÉRIL E APIROGÊNICA, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)		
00011	ÁGUA BIDEUTILADA (ABD), INJETÁVEL FRASCO COM 500ML, INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO.	FR	2.500	ÁGUA BIDEUTILADA ESTÉRIL E APIROGÊNICA, FRASCO COM 500ML, INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO.		
00012	ALENIA 12/400 MCG	CPS	9.000	ALENIA 12/400MCG		
00013	ALPRAZOLAN 0,5 MG	CP	6.000	ALPRAZOLAN 0,5 MG		
00014	ALPRAZOLAN 1 MG	CP	12.000	ALPRAZOLAM 1 MG		
00015	ALPRAZOLAN 2 MG	CP	18.000	ALPRAZOLAM 2 MG		

Assinado por pessoa: LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteo.org.br/verificacao/6513-0503-E03C-3F14> e informe o código 6513-0503-E03C-3F14

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

00016	AMINOFILINA - INJETÁVEL	AP	1.500	AMINOFILINA 24MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)		
00017	AMIODARONA - INJETÁVEL	AP	1.000	AMIODARONA 50MG/ML, AMPOLA COM 3ML, INJETÁVEL (EV)		
00018	AMISSULPRIDA 200 MG	CP	3.000	AMISSULPRIDA 200 MG. (SOCIAN 200MG)		
00019	AMITRIPTILINA 25 MG	CP	100.000	AMITRIPTILINA 25 MG		
00020	AMOXICILINA - CÁPSULA	CP	500	AMOXICILINA 500MG, USO ORAL		
00021	AMOXICILINA - SUSPENSÃO	FR	150	AMOXICILINA 250MG/5ML - FRASCO COM 150ML, USO ORAL		
00022	AMOXICILINA 250MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 62,5MG/5ML	FR	300	AMOXICILINA 250MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 62,5MG/5ML - FRASCO COM 150ML		
00023	AMOXICILINA 500MG COM CLAVULANATO	CP	10.000	AMOXICILINA 500MG COM CLAVULANATO		
00024	AMOXICILINA COM CLAVULANATO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	2.000	AMOXICILINA 500MG; CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG, USO ORAL		
00025	AMOXICILINA E CLAVULANATO - SUSPENSÃO	FR	1.000	AMOXICILINA 250MG/5ML; CLAVULANATO DE POTÁSSIO 6,5MG/5ML, FRASCO COM 75ML, USO ORAL		
00026	AMPICILINA - INJETÁVEL	FR/AP	1.500	AMPICILINA SODICA 1G, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)		
00027	APIXABANA 5MG	CP	9.000	APIXABANA 5MG		
00028	ARIPRAZOL	CP	3.000	ARIPRAZOL 10MG		
00029	ATACURIO - INJETÁVEL	AP	50	BESILATO DE ATACÚRIO 10MG/ML, AMPOLA COM 2,5ML, INJETÁVEL (EV)		
00030	ATROPINA - INJETÁVEL	AP	1.500	SULFATO DE ATROPINA 0,5MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)		
00031	AZITROMICINA - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	2.500	AZITROMICINA DI-HIDRATADA 500MG, USO ORAL		
00032	BACLOFENO 10MG	CP	6.000	BACLOFENO 10MG		
00033	BENZILPENICILINA - INJETÁVEL	FR/AP	7.000	BENZILPENICILINA BENZTINA 1.200.000UI, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)		
00034	BICARBONATO DE SÓDIO - INJETÁVEL	AP	500	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)		
00035	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%	UN	500	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%, FRASCO 250ML		
00036	BIPERIDENO 2MG	CP	60.000	BIPERIDENO 2MG		
00037	BIPIRIDENO - INJETÁVEL	AP	800	LACTATO DE BIPIRIDENO 5MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV)		
00038	BROMETO DE IPRATROPIO - SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO	FR	800	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG/ML, FRASCO COM 20ML		
00039	BROMOPRIDA - SOLUÇÃO ORAL	FR	2.000	BROMOPRIDA 4MG/ML, FRASCO COM 20ML, USO ORAL		
00040	BROMOPRIDA - INJETÁVEL	UN	5.000	BROMOPRIDA INJETÁVEL, EV, 10MG/2ML		
00041	BUPIVACAÍNA E GLICOSE - INJETÁVEL	AP	1.500	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA 5MG/ML; GLICOSE 80MG/ML, AMPOLA COM 4ML, INJETÁVEL (EV)		
00042	BUPROPIONA 150 MG	CP	12.000	BUPROPIONA 150 MG		

Assinado por 1 pessoa: LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteelegario.1doc.com.br/verificacao/6513-0503-E03C-3F14> e informe o código 6513-0503-E03C-3F14

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

00043	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA - INJETÁVEL	AP	2.800	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV)		
00044	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA E DIPIRONA - INJETÁVEL	AP	6.000	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML; DIPIRONA MONOIDRATADA 500MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)		
00045	BUTILESCOPOLAMIN A 10 MG	CP	3.000	BUTILESCOPOLAMINA 10 MG		
00046	CAPTOPRIL - COMPRIMIDO	CP	2.000	CAPTOPRIL 25MG, USO ORAL		
00047	CARBAMAZEPINA 20 MG/100 ML/SUSP.	FR	200	CARBAMAZEPINA 20 MG/100 ML/SUSP.		
00048	CARBAMAZEPINA 200 MG	CP	80.000	CARBAMAZEPINA 200 MG		
00049	CARBONATO DE CALCIO 1250 MG COMPRIMIDO	CP	80.000	CARBONATO DE CALCIO 1250 MG COMPRIMIDO		
00050	CARBONATO DE LITIO 300 MG	CP	30.000	CARBONATO DE LITIO 300 MG		
00051	CARBONATO DE LITIO CR 450MG	CP	3.000	CARBONATO DE LITIO CR 450MG		
00052	CARVÃO ATIVADO PÓ	PT	12	CARVÃO ATIVADO PÓ, EMBALAGEM DE 500G, USO ORAL		
00053	CEFALOTINA INJETÁVEL	FR/AP	6.000	CEFALOTINA SÓDICA 1G, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)		
00054	CEFEPIME - INJETÁVEL	FR/AP	5.000	CLORIDRATO DE CEFEPIMA 1G, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)		
00055	CEFTRIAXONA EV - INJETÁVEL	FR/AP	10.000	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV).		
00056	CEFTRIAXONA IM - INJETÁVEL	FR/AP	4.000	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (IM), DILUENTE LIDOCAÍNA 1%		
00057	CETOCONAZOL 200 MG	CP	6.000	CETOCONAZOL 200 MG		
00058	CETOPROFENO EV - INJETÁVEL	FR/AP	6.000	CETOPROFENO 100MG, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)		
00059	CETOPROFENO IM - INJETÁVEL	AP	3.000	CETOPROFENO 50MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (IM)		
00060	CICLOBENZAPRINA 5 MG	CP	6.000	CICLOBENZAPRINA 5 MG		
00061	CILOSTAZOL 100 MG	CP	9.000	CILOSTAZOL 100 MG		
00062	CILOSTAZOL 50 MG	CP	9.000	CILOSTAZOL 50 MG		
00063	CINARIZINA 75 MG	CP	20.000	CINARIZINA 75 MG		
00064	CIPROFLOXACINO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	1.000	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500MG, USO ORAL		
00065	CIPROFLOXACINO - INJETÁVEL	FR	2.500	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 2MG/ML, FRASCO COM 100ML, INJETÁVEL (EV)		
00066	CITALOPRAM 20 MG	CP	12.000	CITALOPRAM 20 MG		
00067	CLINDAMICINA - INJETÁVEL	AP	2.000	FOSFATO DE CLINDAMICINA 150MG/ML, AMPOLA COM 4ML, INJETÁVEL (EV)		
00068	CLONAZEPAM - SOLUÇÃO ORAL	FR	12	CLONAZEPAM 2,5MG/ML, FRASCO COM 20ML, USO ORAL		

Assinado por 1 pessoa: LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://po.mg.gov.br/verificacao/6513-0503-E03C-3F14> e informe o código 6513-0503-E03C-3F14

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

00069	CLONAZEPAM 0,5 MG	CP	20.000	CLONAZEPAM 0,5 MG		
00070	CLONAZEPAM 2 MG	CP	200.000	CLONAZEPAM 2 MG		
00071	CLONAZEPAM 2,5MG/ ML FRASCO COM 20 ML	FR	1.000	CLONAZEPAM 2,5MG/ ML FRASCO COM 20 ML		
00072	CLONIDINA - COMPRIMIDO	CP	9.000	CLORIDRATO DE CLONIDINA, 0,100MG, USO ORAL		
00073	CLONIDINA - INJETÁVEL	AP	400	CLORIDRATO DE CLONIDINA 150MCG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV)		
00074	CLOPIDOGREL - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	500	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG, USO ORAL		
00075	CLOPIDOGREL 75 MG	CP	9.000	CLOPIDOGREL 75 MG		
00076	CLORETO DE CETILPIRIDÍNIO - ENXAGUANTE BUCAL	FR	15	CLORETO DE CETILPIRIDÍNIO 0,500MG/ML, FRASCO COM 250ML		
00077	CLORETO DE POTÁSSIO 10MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)	AP	750	CLORETO DE POTÁSSIO 10MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)		
00078	CLORETO DE POTASSIO 6%	FR	400	CLORETO DE POTASSIO 6% COM 100 ML		
00079	CLORETO DE SÓDIO 10% INJETÁVEL	AP	400	CLORETO DE SÓDIO 10MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)		
00080	CLORIDRATO BUPIVACAÍNA ISOBÁRICA 0,5%	UN	1.000	CLORIDRATO BUPIVACAÍNA ISOBÁRICA 0,5%; AMPOLA DE 4ML.		
00081	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% COM VASOCONSTRITOR - INJETÁVEL	FR/AP	100	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20MG/ML, EPINEFRINA 5MCG/ML, FRASCO/AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (SC)		
00082	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2%, SEM VASOCONSTRITOR - INJETÁVEL	FR/AP	2.000	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA MONOIDRATADA 20MG/ML, FRASCO/AMPOLA COM 20ML, INJETÁVEL (EV, SC)		
00083	CLORIDRATO DE NALOXONA - INJETÁVEL	AP	50	CLORIDRATO DE NALOXONA 0,4MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, SC, IM)		
00084	CLORIDRATO DE PROXIMETACAÍNA - COLÍRIO	FR	50	CLORIDRATO DEPROXIMETACAÍNA 5MG/ML, FRASCO COM 5ML, USO OFTALMOLÓGICO		
00085	CLORIDRATO DE VANCOMICINA - INJETÁVEL	FR/AP	2.500	CLORIDRATO DE VANCOMICINA 500MG, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)		
00086	CLORPROMAZINA - INJETÁVEL	AP	500	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 5MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)		
00087	CLORTALIDONA 50 MG	CP	20.000	CLORTALIDONA 50 MG		
00088	Clozapina 100mg	CP	9.000	Clozapina 100mg		
00089	COLAGENASE COM CLORAFENICOL - POMADA	TB	1.000	COLAGENASE 0,6 U/G, CLORAFENICOL 0,01 G/G, BISNAGA COM 30G, USO TÓPICO		
00090	COMPLEXO B - INJETÁVEL	AP	5.500	CLORIDRATO DE TIAMINA (B1) 4MG/ML; FOSFATO SÓDICO DE RIBOFLAVINA (B2) 1MG/ML; CLORIDRATO DE PIRIDOXINA (B6) 2MG/ML; NICOTINAMIDA (B3) 20MG/ML; DEXPANTENOL (PRÓ- B5) 3MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV)		
00091	DENOSUMAB 60 MG	CX	12	DENOSUMAB 60 MG		
00092	DESLANOSÍDEO -	AP	100	DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML,		

Assinado por 1 pessoa: LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteolegario.br/verificacao/6513-0503-E03C-3F14> e informe o código 6513-0503-E03C-3F14

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

	INJETÁVEL			AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)		
00093	DESVENLAFAXINA SUCCINATO 100 MG	CP	12.000	DESVENLAFAXINA SUCCINATO 100 MG		
00094	DESVENLAFAXINA SUCCINATO 50 MG	CP	15.000	DESVENLAFAXINA SUCCINATO 50 MG		
00095	DEXAMETASONA - INJETÁVEL	AP	4.500	FOSFATO DISSODICO DE DEXAMETASONA 4MG/ML, AMPOLA COM 2,5ML, INJETÁVEL (EV, IM)		
00096	DEXAMETASONA - POMADA	TB	5.650	ACETATO DE DEXAMETASONA 1MG/G, BISNAGA COM 10G, USO TÓPICO		
00097	DEXCLORFENIRAMIN A - SOLUÇÃO ORAL	FR	200	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML, FRASCO COM 120ML, USO ORAL		
00098	DEXTRO CETAMINA	AP	500	CLORIDRATO DE DEXTROCEMINA 50MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)		
00099	DIAZEPAM - COMPRIMIDO	CP	50.200	DIAZEPAM 10MG, USO ORAL		
00100	DIAZEPAM - INJETÁVEL	AP	1.500	DIAZEPAM 5MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)		
00101	DICLOFENACO DE SÓDIO - COMPRIMIDO	CP	31.000	DICLOFENACO DE SÓDIO 50MG, USO ORAL		
00102	DICLOFENACO DE SÓDIO - INJETÁVEL	AP	4.000	DICLOFENACO DE SÓDIO 25MG/ML, AMPOLA COM 3ML, INJETÁVEL (IM)		
00103	DIMENIDRINATO 30MG + 50MG DE CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + 1000MG DE GLICOSE + 1000MG DE FRUTOSE (DRAM)	UN	5.000	DIMENIDRINATO 30MG + 50MG DE CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + 1000MG DE GLICOSE + 1000MG DE FRUTOSE. AMPOLA DE 10ML, EV		
00104	DIMENIDRINATO COM CLORIDRATO DE PIRIDOX - INJETÁVEL	AP	2.500	DIMENIDRINATO 50MG/ML; COM CLORIDRATO DE PIRIDOX 50MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (IM)		
00105	DIOSMINA MAIS HESPERIDINA 450/50 MG	CP	24.000	DIOSMINA MAIS HESPERIDINA 450/50 MG		
00106	DIPIRONA - COMPRIMIDO	CP	52.000	DIPIRONA SÓDICA 500MG, USO ORAL		
00107	DIPIRONA - INJETÁVEL	AP	20.000	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)		
00108	DIPIRONA - SOLUÇÃO ORAL	FR	600	DIPIRONA 500MG/ML, FRASCO COM 10ML, USO ORAL		
00109	DIPIRONA+ BUTILESCOPOLAMINA 250/10 MG	CP	30.000	DIPIRONA+ BUTILESCOPOLAMINA 250/10 MG		
00110	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG/ML FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL	AP	4.000	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG/ML FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (IM)		
00111	DISFOR SACHES		3.000	DISFOR SACHES		
00112	DIVALPROATO DE SÓDIO ER 500 MG	CP	20.000	DIVALPROATO DE SÓDIO ER 500 MG		
00113	DOBUTAMINA - INJETÁVEL	AP	2.000	CLORIDRATO DE DOBUTAMINA 12,5/ML, AMPOLA COM 20ML,		

Assinado por: LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteleogario.1doc.com.br/verificacao/6513-0503-E03C-3F14> e informe o código 6513-0503-ED3C-3F14

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

				INJETÁVEL (EV)		
00114	DONILA DUO 10/20	CP	3.000	DONILA DUO 10/20		
00115	DULOXETINA 30 MG	CP	12.000	DULOXETINA 30 MG		
00116	DULOXETINA 60MG	CP	20.000	DULOXETINA 60MG		
00117	EFEDRINA - INJETÁVEL	AP	300	SULFATO DE EFEDRINA 50MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)		
00118	ENOXAPARINA 20MG - INJETÁVEL	UN	500	ENOXAPARINA SÓDICA 20MG, SOLUÇÃO 20 MG/0,2 ML, INJETÁVEL (SC), SERINGAS PRÉ-ENCHIDAS COM SISTEMA DE SEGURANÇA.		
00119	ENOXAPARINA 40MG - INJETÁVEL	UN	4.500	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG, SOLUÇÃO 40 MG/0,4 ML, INJETÁVEL (SC), SERINGAS PREENCHIDAS COM SISTEMA DE SEGURANÇA. ENOXAPARINA SÓDICA 40MG, SOLUÇÃO 40 MG/0,4 ML, INJETÁVEL (SC), SERINGAS PRÉ-ENCHIDAS COM SISTEMA DE SEGURANÇA.		Assinado por pessoa: LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://presidenteelegario.1doc.com.br/verificacao/6513-0503-E03C-3F14 e informe o código 6513-0503-E03C-3F14
00120	ENOXAPARINA 60MG - INJETÁVEL	UN	4.500	ENOXAPARINA SÓDICA 60MG, SOLUÇÃO 60 MG/0,6 ML, INJETÁVEL (SC), SERINGAS PRÉ-ENCHIDAS COM SISTEMA DE SEGURANÇA. ENOXAPARINA SÓDICA 60MG, SOLUÇÃO 60 MG/0,6 ML, INJETÁVEL (SC), SERINGAS PREENCHIDAS COM SISTEMA DE SEGURANÇA.		
00121	EPINEFRINA - INJETÁVEL	AP	800	EPINEFRINA 1MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)		
00122	ERGOMETRINA - INJETÁVEL	AP	700	MALEATO DE METILERGOMETRINA 0,2MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)		
00123	ESCITALOPRAM OXALATO 10 MG	CP	9.000	ESCITALOPRAM OXALATO 10 MG		
00124	ESCITALOPRAM OXALATO 20 MG	CP	9.000	ESCITALOPRAM OXALATO 20 MG		
00125	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	CP	1.000	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG		
00126	ETOMIDATO- INJETAVEL	UN	3.000	ETOMIDATO 2MG/10ML		
00127	FENITOÍNA - COMPRIMIDO	CP	200	FENITOÍNA 100MG, USO ORAL		
00128	FENITOÍNA - INJETÁVEL	AP	300	FENITOÍNA SÓDICA 50MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)		
00129	FENOBARBITAL - INJETÁVEL	AP	300	FENOBARBITAL SÓDICO 100MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV)		
00130	FENOBARBITAL 100 MG	CP	70.000	FENOBARBITAL 100 MG		
00131	FENTANIL AMPOLA - INJETÁVEL	AP	500	CITRATO DE FENTANILA 50MCG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV)		
00132	FENTANIL FRASCO - INJETÁVEL	FR/AP	400	CITRATO DE FENTANILA 50MCG/ML, FRASCO/AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)		
00133	FITOMENADIONA - INJETÁVEL	UN	1.500	FITOMENADIONA 10MG/ML, AMPOLA COM 1 ML, INJETÁVEL		

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

				(IM)		
00134	FLUMAZENIL - INJETÁVEL	AP	200	FUMAZENIL 0,1MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)		
00135	FLUOXETINA 20MG	CP	50.000	FLUOXETINA 20MG		
00136	FLURESCEÍNA - COLÍRIO	FR	20	FLURESCEÍNA SÓDICA 10MG/ML, FRASCO COM 3ML, SOLUÇÃO OFTALMOLÓGICA		
00137	FUROSEMIDA - INJETÁVEL	AP	4.000	FUROSEMIDA 10MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)		
00138	GABAPENTINA 300 MG	CP	15.000	GABAPENTINA 300 MG		
00139	GENTAMICINA - INJETÁVEL	AP	3.000	SULFATO DE GENTAMICINA 40MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)		
00140	GLICERINA - SOLUÇÃO	FR	300	GLICERINA 120MG/ML, FRASCO COM 500ML, USO RETAL, ACOMPANHA SONDA DE FLEET ENEMA		
00141	GLICLAZIDA 30 MG COMPRIMIDOS DE LIBERACAO PROLONGADA	CP	30.000	GLICLAZIDA 30 MG COMPRIMIDOS DE LIBERACAO PROLONGADA		
00142	GLICLAZIDA 60MG COMPRIMIDOS DE LIBERACAO PROLONGADA	CP	30.000	GLICLAZIDA 60 MG COMPRIMIDOS DE LIBERACAO PROLONGADA		
00143	GLICOSAMINA+CONDROITINA 1,5/1,2 G - SACHE	UN	18.000	GLICOSAMINA+CONDROITINA 1,5/1,2 G - SACHE		
00144	GLICOSE 25% - INJETÁVEL	AP	6.000	GLICOSE 25MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)		
00145	GLICOSE 50% 10ML - INJETÁVEL	AP	6.000	GLICOSE 50MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)		
00146	GLICOSE 50% 20ML - INJETÁVEL	AP	2.000	GLICOSE 50MG/ML, AMPOLA COM 20ML, INJETÁVEL (EV)		
00147	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% - INJETÁVEL	AP	400	GLUCONATO DE CÁLCIO 10MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)		
00148	HALDOL DECANOATO - INJETÁVEL	AP	3.000	DECANOATO DE HALOPERIDOL 70,52MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (IM)		
00149	HALOPERIDOL - INJETÁVEL	AP	1.000	HALOPERIDOL 5MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (IM)		
00150	HALOPERIDOL 5MG	CP	40.000	HALOPERIDOL 5MG		
00151	HEPARINA SÓDICA - INJETÁVEL	FR/AP	400	HEPARINA SÓDICA 5000UI/ML, FRASCO/AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)		
00152	HEPARINA SÓDICA - SUBCUTÂNEA	AP	5.000	HEPARINA SÓDICA 5000UI/0,25ML, AMPOLA COM 0,25ML, INJETÁVEL (SC)		
00153	HEPARINA SÓDICA INJ.5000 UI, 0,25ML	AP	9.000	HEPARINA SÓDICA INJ.5000 UI, 0,25ML		
00154	HIDRALAZINA - INJETÁVEL	UN	5.000	HIDRALAZINA 20MG/ML - AMPOLA DE 1 ML		
00155	HIDROCORTISONA 100MG - INJETÁVEL	FR/AP	6.500	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 100MG, FRASCO-AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV, IM)		
00156	HIDROCORTISONA 500MG - INJETÁVEL	FR/AP	2.500	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 500MG, FRASCO-AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV, IM)		
00157	HIDRÓXIDO DE FERRO III - INJETÁVEL	AP	3.000	SACARATO DE HIDRÓXIDO DE FERRO 20MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)		

Assinado por 1 pessoa: LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidentepo.mg.gov.br/verificacao/6513-0503-E03C-3F14> e informe o código 6513-0503-E03C-3F14

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

00158	HIDROXIDO DE FERRO III-100MG/5ML E.V	AP	150	HIDROXIDO DE FERRO III-100MG/5ML E.V		
00159	IBUPROFENO - SUSPENSÃO ORAL	FR	550	IBUPROFENO 50MG/ML, FRASCO COM 30ML, USO ORAL		
00160	IBUPROFENO 600MG	CP	25.000	IBUPROFENO 600MG		
00161	IMIPRAMINA 25MG	CP	40.000	IMIPRAMINA 25MG		
00162	IMUNOGLOBULINA HUMANA - INJETÁVEL	AP	12	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-RHO(D) 300MCG, AMPOLA, INJETÁVEL (IM)		
00163	INSULINA HUMANA NPH - INJETÁVEL	FR/AP	240	INSULINA HUMANA RECOMBINANTE NPH100UI/ML, FRASCO-AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (SC)		
00164	INSULINA HUMANA REGULAR- INJETÁVEL	FR/AP	240	INSULINA HUMANA REGULAR 100UI/ML, FRASCO-AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV,IM, SC)		
00165	ISOSSORBIDA - COMPRIMIDO	CP	800	DINITRATO DE ISOSSORBIDA 5MG, USO SUBLINGUAL		
00166	LAMOTRIGINA 100 MG	CP	27.000	LAMOTRIGINA 100 MG		
00167	LAMOTRIGINA 50 MG	CP	12.000	LAMOTRIGINA 50 MG		
00168	LEVODOPA + BENSERAZIDA 100/25 MG	CP	15.000	LEVODOPA + BENSERAZIDA 100/25 MG		
00169	LEVODOPA + BENSERAZIDA 200/50 MG	CP	20.000	LEVODOPA + BENSERAZIDA 200/50 MG		
00170	LEVOFLOXACINO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	900	LEVOFLOXACINO 500MG, USO ORAL		
00171	LEVOMEPRIMAZINA - SOLUÇÃO ORAL	FR	1.000	LEVOMEPRIMAZINA 40MG/ML, FRASCO COM 20ML, USO ORAL		
00172	LEVOMEPRIMAZINA 100 MG	CP	40.000	LEVOMEPRIMAZINA 100 MG		
00173	LEVOMEPRIMAZINA 25 MG	CP	10.000	LEVOMEPRIMAZINA 25 MG		
00174	LIDOCAÍNA - GELEIA	TB	1.200	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20MG/G, BISNAGA COM 30G, USO TÓPICO		
00175	LORAZEPAN 2 MG	CP	20.000	LORAZEPAN 2 MG		
00176	LOSARTANA 25 MG	CP	80.000	LOSARTANA 25 MG		
00177	MANITOL - INJETÁVEL	FR	2.000	SOLUÇÃO DE MANITOL 200MG/ML, FRASCO COM 250ML, INJETÁVEL (EV)		
00178	MEMANTINA 10 MG	CP	3.000	MEMANTINA 10 MG		
00179	MEROPENEM - INJETÁVEL	FR/AP	2.500	MEROPENEM TRI-HIDRATO 1G, FRASCO-AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)		
00180	METARAMINOL - INJETÁVEL	AP	2.000	HEMITARTARATO DE METARAMINOL 10MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM)		
00181	METILDOPA 250MG	CP	20.000	METILDOPA 250MG		
00182	METILFENIDATO 10 MG	CP	3.000	METILFENIDATO 10 MG		
00183	METOCLOPRAMIDA - INJETÁVEL	AP	5.500	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)		
00184	METOPROLOL - INJETÁVEL	AP	20	TARTARATO DE METOPROLOL 1MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)		
00185	METRONIDAZOL - COMPRIMIDO	CP	1.000	METRONIDAZOL 250MG, USO ORAL		
00186	METRONIDAZOL - GELEIA	TB	550	METRONIDAZOL 100MG/G, BISNAGA COM 50ML, USO TÓPICO		

Assinado por 1 pessoa: LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteleogario.1doc.com.br/verificacao/6513-0503-E03C-3F14> e informe o código 6513-0503-E03C-3F14

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

00187	METRONIDAZOL - INJETÁVEL	FR	900	METRONIDAZOL 5MG/ML, FRASCO COM 100ML, INJETÁVEL (EV)		
00188	METRONIDAZOL GELEIA 100 MG/ G	BS	600	METRONIDAZOL GELEIA 100 MG/ G COM 50G		
00189	MICONAZOL 20 MG/G CREME VAGINAL	UN	600	MICONAZOL 20 MG/G CREME VAGINAL		
00190	MIDAZOLAM 10ML - INJETÁVEL	AP	800	CLORIDRATO DE MIDAZOLAM 5 MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV, IM, RETAL)		
00191	MIDAZOLAM 3ML - INJETÁVEL	AP	500	CLORIDRATO DE MIDAZOLAM 5MG/ML, AMPOLA COM 3ML, INJETÁVEL (EV, IM, RETAL)		
00192	MIRTAZAPINA 30 MG	CP	12.000	MIRTAZAPINA 30 MG		
00193	MORFINA 10MG - INJETÁVEL	AP	2.000	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM)		
00194	MORFINA 1MG - INJETÁVEL	AP	1.000	SULFATO DE MORFINA 1MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)		
00195	MORFINA PARA RAQUIANESTESIA - INJETÁVEL	AP	1.000	SULFATO DE MORFINA 0,1MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM, EPIDURAL)		
00196	NALTREXONA 50MG	CP	9.000	NALTREXONA 50MG		
00197	NEOMICINA E BACITRACINA - POMADA	TB	500	SULFATO DE NEOMICINA 5MG/G; BACITRACINA ZÍNCICA 205UI/G, BISNAGA COM 15G, USO TÓPICO		
00198	NEOMICINA+BACITRACINA 5/250	BS	4.000	NEOMICINA+BACITRACINA 5/250		
00199	NEOSTIGMINA - INJETÁVEL	AP	100	METILSULFATO DE NEOSTIGMINA 0,5MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)		
00200	NEULEPTIL 10MG	CP	9.000	NEULEPTIL 10MG		
00201	NIFEDIPINO - COMPRIMIDO	CP	500	NIFEDIPINO 10MG, USO ORAL		
00202	NIFEDIPINO 20 MG	CP	80.000	NIFEDIPINO 20 MG		
00203	NIMESULIDA GTS 50 MG/ML	FR	1.000	NIMESULIDA GTS 50 MG/ML		
00204	NITROGLICERINA - INJETÁVEL	AP	150	NITROGLICERINA 5MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)		
00205	NITROPRUSIATO DE SÓDIO - INJETÁVEL	FR/AP	1.000	NITROPRUSIATO DE SÓDIO DIIDRATADO 50MG, FRASCO/AMPOLA, INJETÁVEL (EV) - ACOMPANHA ENVELOPES FOTOPROTETORES		
00206	NOREPINEFRINA - INJETÁVEL	AP	500	HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 2MG/ML, AMPOLA COM 4ML, INJETÁVEL (EV)		
00207	NORFLOXACINO 400 MG	CP	15.000	NORFLOXACINO 400 MG		
00208	OCITOCINA - INJETÁVEL	AP	600	OCITOCINA 5UI/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV/IM)		
00209	OLANZAPINA 10 MG	CP	17.000	OLANZAPINA 10 MG		
00210	OLANZAPINA 2,5 MG	CP	6.000	OLANZAPINA 2,5 MG		
00211	OLANZAPINA 5MG	CP	15.000	OLANZAPINA 5MG		
00212	OLEO MINERAL 100% PURO - SUSPENSÃO	FR	1.000	ÓLEO MINERAL PURO, FRASCO COM 100ML, USO ORAL		
00213	OMEPRAZOL - CÁPSULA GELATINOSA	CP	3.500	OMEPRAZOL 20MG, USO ORAL		
00214	OMEPRAZOL - INJETÁVEL	FR/AP	5.000	OMEPRAZOL 40MG, FRASCO-AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)		
00215	OMEPRAZOL 20MG	CP	60.000	OMEPRAZOL 20MG		

Assinado por 1 pessoa: LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteleogario.1doc.com.br/verificacao/6513-0503-E03C-3F14> e informe o código 6513-0503-E03C-3F14

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

00216	ONDASETRONA - INJETÁVEL	AP	2.000	CLORIDRATO DE ONDASETRONA 2MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV/IM)		
00217	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	CP	9.000	OXCARBAMAZEPINA 300 MG		
00218	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	CP	9.000	OXCARBAMAZEPINA 600 MG		
00219	PARACETAMOL 500 MG	CP	30.500	PARACETAMOL 500 MG		
00220	PARACETAMOL- SOLUÇÃO ORAL	FR	550	PARACETAMOL 20MG/ML, FRASCO COM 15ML, USO ORAL		
00221	PAROXETINA 20 MG	CP	12.000	PAROXETINA 20 MG		
00222	PENTOXIFILINA 400 MG	CP	15.000	PENTOXIFILINA 400 MG		
00223	POLICRESULENO - SOLUÇÃO CONCENTRADA	FR	20	POLICRESULENO 360MG/G, FRASCO COM 12ML, USO TÓPICO		
00224	POLIVITAMINICO COMPRIMIDOS ENCARTELADOS	CP	50.000	POLIVITAMINICO COMPRIMIDOS ENCARTELADOS		
00225	PREGABALINA 150 MG	CP	20.000	PREGABALINA 150 MG		
00226	PREGABALINA 75 MG	CP	20.000	PREGABALINA 75 MG		
00227	PRIMIDONA 100 MG	CP	3.000	PRIMIDONA 100 MG		
00228	PROMETAZINA - INJETÁVEL	AP	2.000	PROMETAZINA 25MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (IM)		
00229	PROPAFENONA - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	600	CLORIDRATO DE PROPAFENONA 150MG, USO ORAL		
00230	PROPOFOL - INJETÁVEL	AP	300	PROPOFOL 10MG/ML, AMPOLA COM 20ML, INJETÁVEL (EV)		
00231	PVPI 2,5% - COLÍRIO	FR	20	IODOPOVIDONA 25MG/ML, FRASCO COM 10ML, USO OFTAMOLÓGICO		
00232	QUETIAPINA 100 MG	CP	19.000	QUETIAPINA 100 MG		
00233	QUETIAPINA 200MG	CP	20.000	QUETIAPINA 200MG		
00234	QUETIAPINA 25 MG	CP	18.000	QUETIAPINA 25 MG		
00235	QUETIAPINA 50 MG	CP	9.000	QUETIAPINA 50 MG		
00236	RENAL-VIT PLUS	CP	6.000	RENAL-VIT PLUS		
00237	RETEMIC 5 MG	CP	9.000	RETEMIC 5 MG		
00238	RISPERIDONA 1 MG	CP	15.000	RISPERIDONA 1 MG		
00239	RISPERIDONA 2 MG	CP	30.000	RISPERIDONA 2 MG		
00240	RISPERIDONA 3MG	CP	6.000	RISPERIDONA 3MG		
00241	RIVAROXABANA - COMPRIMIDO	CP	1.000	RIVAROXABANA 10MG, USO ORAL		
00242	RIVAROXABANA 10 MG (XARELTO)	CP	9.000	RIVAROXABANA 10 MG (XARELTO)		
00243	RIVAROXABANA 15MG	CP	9.000	RIVAROXABANA 15MG		
00244	RIVAROXABANA 20 MG	CP	20.000	RIVAROXABANA 20 MG		
00245	SALBUTAMOL - AEROSOL	FR	2.000	SALBUTAMOL 120,5 MCG/DOSE, FRASCO COM 200 DOSES, USO ORAL		
00246	SALBUTAMOL - XAROPE	FR	50	SALBUTAMOL 0,4MG/ML, FRASCO COM 120ML, USO ORAL		
00247	SEEBRI 50MCG	CPS	9.000	SEEBRI 50MCG		
00248	SERTRALINA 100 MG	CP	18.000	SERTRALINA 100 MG		
00249	SERTRALINA 50 MG	CP	12.000	SERTRALINA 50 MG		
00250	SIMETICONA - EMULSÃO ORAL	FR	5.550	SIMETICONA 75MG/ML, FRASCO COM 15ML, USO ORAL		
00251	SULFADIAZINA DE PRATA - POMADA	TB	1.000	SULFADIAZINA DE PRATA MICRONIZADA 10MG/G, BISNAGA COM 50G, USO TÓPICO		
00252	SULFATO DE MAGNESIO 10%	UN	2.000	SULFATO DE MAGNESIO 10%, AMPOLA COM 10ML, INJETAVEL.		

Assinado por 1 pessoa: LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteleogario.tdpc.com.br/verificacao/6513-0503-E03C-3F14> e informe o código 6513-0503-E03C-3F14

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

00253	SULFATO DE MAGNÉSIO 20% - INJETÁVEL	AP	2.000	SULFATO DE MAGNÉSIO 20G/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV, IM)		
00254	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% - INJETÁVEL	AP	400	SULFATO DE MAGNÉSIO 50G/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV, IM)		
00255	SULFATO FERROSO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	1.000	SULFATO FERROSO 40MG, USO ORAL		
00256	SUXAMETÔNIO - INJETÁVEL	FR/AP	100	CLORETO DE SUXAMETÔNIO 100MG, FRASCO/AMPOLA, INJETÁVEL (EV)		
00257	TEGRETOL CR 400 MG	CP	9.000	TEGRETOL CR 400 MG		
00258	TENOXICAM - INJETÁVEL	FR/AP	6.500	TENOXICAM 20MG, FRASCO-AMPOLA, INJETÁVEL (EV, IM)		
00259	TIAMINA - INJETÁVEL	AP	800	CLORIDRATO DE TIAMINA 100MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV)		
00260	TIAMINA 300 MG COMPRIMIDO	CP	3.000	TIAMINA CLORIDRATO 300 MG COMPRIMIDO		
00261	TOPIRAMATO 100 MG	CP	11.000	TOPIRAMATO 100 MG		
00262	TOPIRAMATO 25 MG	CP	10.000	TOPIRAMATO 25 MG		
00263	TOPIRAMATO 50 MG	CP	9.000	TOPIRAMATO 50 MG		
00264	TRAMADOL - INJETÁVEL	AP	5.000	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)		
00265	TRAMADOL 100 MG	CP	6.000	TRAMADOL 100 MG		
00266	TRAMADOL 50 MG	CP	12.000	TRAMADOL 50 MG		
00267	TRAZODONA 150 MG RETARD	CP	12.000	TRAZODONA 150 MG RETARD		
00268	TRAZODONA 50 MG	CP	12.000	TRAZODONA 50 MG		
00269	VENLAFAXINA 150 MG	CP	18.000	VENLAFAXINA 150 MG		
00270	VENLAFAXINA 75 MG	CP	18.000	VENLAFAXINA 75 MG		
00271	VENVANSE 30 MG	CP	3.000	VENVANSE 30MG		
00272	VENVANSE (DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA) 70 MG	CP	3.000	VENVANSE (DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA) 70 MG		
00273	ZOLPIDEM 10MG	CP	12.000	ZOLPIDEM 10MG		

DECLARAMOS que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, encargos tributários, transportes, encargos trabalhistas, dentre outros. Finalmente, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus Anexos.

Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contadas a partir da presente data.

Prazo de Entrega: Conforme Edital

Condições de Pagamento: Conforme Edital

_____, ____ de _____ de 2026.

**Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)**



ANEXO III
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

Processo Licitatório nº.: **039/2026**

Modalidade: Pregão Eletrônico nº.: **025/2026**

Procedimento: Registro de Preços nº.: **023/2026**

Fiscal da Ata de Registro de Preços: Marcelo Thiago Miranda e Lorena B. Fonseca Gottardo.

Gestor da Ata de Registro de Preços: Lara Fernandes Rodrigues Ribeiro



Por esta Ata de Registro de Preços, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **RHENYS DA SILVA CAMBRAIA**, brasileiro, casado, Militar da Reserva; inscrito no CPF sob o nº _____, residente em Presidente Olegário - MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº _____/_____, situada na _____, nº_____, Bairro _____ **CIDADE/UF**,

CEP, e-mail, telefone, neste ato **REPRESENTADA** por seu representante legal, o(a) Sr(a)._____, inscrito no CPF nº. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar a presente ata de registro de preços, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, pelo Decreto Municipal nº 1.497, de 01 de agosto de 2022 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. A presente ata de registro de preços decorre da homologação do Processo Licitatório nº. 0xx/2026 por meio do Pregão Eletrônico nº. 0xx/2026 pelo procedimento de Registro de Preços 0xx/2026 regido, subsidiariamente, pelo disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, e demais normas pertinentes.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E SECRETARIAS REQUISITANTES

2.1. O objeto da presente ata é o **Registro de preços destinado à futura, eventual e parcelada aquisição de medicamentos destinados à distribuição gratuita na Farmácia da Secretarua Municipal de Saúde, Farmácia de Minas, Farmácia do CAPS e Hospital Municipal Darci José Fernandes**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2. Integram esta Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos, o Edital da Licitação, o Termo de Referência anexo ao Edital de licitação, a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA e os eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.3. Secretaria Requisitante:
Secretaria Municipal de Saúde.

Gestor(a): Lara Fernandes Rodrigues Ribeiro.

Fiscal: Marcelo Thiago Miranda e Lorena B. Fonseca Gottardo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Conforme estabelecido no Edital e/ou Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de **(12) meses contados a partir da data de publicação no PNCP**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133 de 2021.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições do art. 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

5.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução da Ata devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão da Ata.



6. CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Conforme estabelecido em termo de referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A presente ARP tem o seu valor com o total de R\$___ (___ reais), conforme quadro abaixo.

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Unidade	Valor do Item	Valor Total
Total do Fornecedor:						

7.2. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **30 (trinta)** dias após a entrega, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento/serviço efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos materiais/execução dos serviços.

7.2.1. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.

7.2.2. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da conferência, o objeto contratual não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

7.2.3. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

7.3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

7.3.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

7.4. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de ARP, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017 e de acordo com o protocolo ICMS 19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais).

7.5. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

7.6. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

7.8. A CONTRATADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.

7.9. A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

7.10. O Município de Presidente Olegário, no ato dos pagamentos, realizará as retenções tributárias devidas inclusive retenção do Imposto de Renda, nos termos da IN RFB nº 1.234/12, do Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023.

7.10.1. Compete exclusivamente aos fornecedores analisarem o disposto na IN RFB 1.234/12, no Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023 com vistas a requererem eventuais imunidades, isenções ou não incidência da retenção do Imposto de Renda.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

8.1. Do reajuste:



8.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

8.1.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **índice estabelecido no termo de referência**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.2. Do reequilíbrio:

8.2.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ARP, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do produto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

8.2.2. O reequilíbrio econômico-financeiro da ARP ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

8.2.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.2.4. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo de manifestar interesse, assim bem como, apresentar o cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

8.2.5. Para a justa concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA deve apresentar Notas Fiscais que demonstrem o desequilíbrio da ARP, sendo, no mínimo, uma NF com Data Emissão próxima a data da última proposta da contratada e uma NF com Data Emissão atualizada, indicar item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item, indicar valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

8.2.6. Somente serão consideradas as solicitações de revisão dos preços, aquelas que tenham concluído o prazo mínimo da proposta, mantenham a margem de lucro estabelecida na assinatura da ARP, não ultrapassem a média dos preços encontrados no mercado em geral, que a ARP esteja vigente e ainda possua saldo.

8.2.7. Sem a apresentação das informações indicadas nos itens “8.2.5” e “8.2.6”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

8.2.8. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

8.2.9. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da ARP, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, por repactuação.



precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

8.2.10. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

8.2.11. Se for o caso, incube a Administração, como fiscal da ARP e por se tratar de tarefa Administrativa, verificar a correção da planilha de custos reequilibrada apresentada pela requerente, em confronto com a Planilha apresentada na proposta, por meio de servidor com conhecimento técnico ou setor competente, se ocorreu a efetiva repercussão dos eventos discriminados no pedido pela forma da Lei, assim, contemplando corretamente os custos que realmente tiveram os fatos comprovados e a partir de que data ocorreu.

8.2.12. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais, autenticados em cartório, ou autenticados por servidor) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

8.2.13. Os valores constantes da ARP serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do objeto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

9.1. Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, são obrigações da **CONTRATANTE**:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com a ARP e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e nesta ARP;(se for o caso)

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido/ na execução do objeto contratual, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da ARP e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento/a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente ARP;

9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e nesta ARP;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente ARP, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 01 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 mês.

9.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ARP, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, são obrigações da **CONTRATADA**:

9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes desta ARP e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);



9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.2.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da ARP ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da ARP, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da ARP;

9.2.9. Comunicar ao Fiscal da ARP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.2.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.11. Manter durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.2.12. Cumprir, durante todo o período de execução da ARP, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.2.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da ARP, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.2.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ARP;

9.2.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.2.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas desta ARP, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.2.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.2.19. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da ARP, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Conforme estabelecido no termo de referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO (ENTREGA E RECEBIMENTO)



11.1. Conforme termo de referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 3.800/2025, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial da ARP;
- b) der causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração, aos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da ARP;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem justificativa;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa;
- f) praticar ato fraudulento na execução contratual;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. As infrações acima sujeitam o Contratado às seguintes sanções:

12.2.1. *Advertência*, conforme art. 3º da Lei Municipal nº 3.800/2025, para a alínea “a”, salvo justificativa para penalidade mais grave.

12.2.2. *Impedimento de licitar e contratar com o Município*, conforme art. 4º da Lei Municipal.

12.2.3. *Declaração de inidoneidade*, conforme art. 5º da Lei Municipal.

12.2.4. *Multa*:

12.2.4.1. *Moratória por atraso na execução* sobre a parcela inadimplida (art. 6º, §3º da Lei Municipal):

- Até 5 dias úteis: **0,1% ao dia**;
- De 6 a 15 dias úteis: **0,2% ao dia**;
- De 16 a 30 dias úteis: **0,5% ao dia**;
- Acima de 30 dias úteis: **10% fixos** sobre a parcela inadimplida.
- Nos casos de fornecimento de bens ou serviços essenciais ao funcionamento da Administração Pública, a multa moratória poderá ser majorada até o dobro dos percentuais estabelecidos, desde que devidamente justificado pelo gestor da ARP.

12.2.4.2. *Compensatória* (art. 7º da Lei Municipal), conforme gravidade da infração:

- Leve: **3%**
- Média: **10%**
- Grave: **20%**
- Gravíssima: **30%**

12.2.4.3. A reincidência poderá aumentar o percentual da multa de mesma natureza em até **50%**, respeitado o teto de **30%** do valor da ARP.

12.3. As sanções não excluem a obrigação de reparar integralmente os danos à Administração.

12.4. Todas as sanções previstas anteriormente poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5. As multas moratória e compensatória **não serão cumuladas para o mesmo fato gerador**, nos termos do art. 6º, §5º da Lei Municipal nº 3.800/2025.

12.6. Será garantida defesa prévia de **15 dias úteis**, a contar da intimação.

20.16.12.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.8. O recolhimento da multa deverá ser feito em até **10 dias úteis** após comunicação formal da penalidade.

12.9. A aplicação das sanções se dará por processo administrativo sancionador, conforme os arts. 14 a 31 da Lei Municipal nº 3.800/2025.

12.10. Notificações poderão ser realizadas por e-mail, aplicativo de mensagens ou publicação oficial, conforme os arts. 19 e 20 da Lei Municipal.

12.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa na plataforma que aconteceu a licitação.



12.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou na plataforma que aconteceu a licitação serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.11. Nas aplicações das sanções serão consideradas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.12. As infrações que também forem atos lesivos conforme a Lei nº 12.846/2013 serão julgadas conjuntamente.

12.13. A Administração poderá desconsiderar a personalidade jurídica do Contratado e estender as penalidades a sócios e sucessores, nos termos dos arts. 41 a 45 da Lei Municipal.

12.14. As penalidades serão registradas no **CEIS**, **CNEP** ou sistema próprio no prazo de **5 dias úteis**, conforme art. 36 da Lei Municipal.

20.17.12.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes da ARP ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o Município ora Contratante.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A ata de registro de preço do fornecedor será cancelada quando:

13.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços.

13.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

13.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

13.1.4. Sofrer sanção prevista no artigo 156 da Lei 14.133/21.

13.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

13.2.1. por razão de interesse público;

13.2.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

13.2.3. se não houver êxito nas negociações quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente.

13.3. O descumprimento das obrigações assumidas na Ata de registro de preços ensejará sua rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Poderão ser utilizadas qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 202_, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços.

14.2. A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 202_, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990](#) – [Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação desta ata, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



Presidente Olegário/MG, __ de _____ de 202__.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Rhenys da Silva Cambraia

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL

Secretário(a)

EMPRESA

Representante Legal

TESTEMUNHAS: I - _____
Nome CPF:

II - _____
Nome CPF:



ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO CONFORME ART 92 14.133/2021

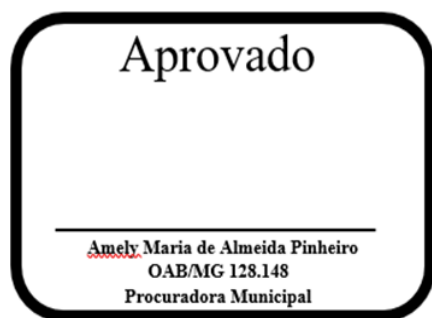
Processo Licitatório nº.: 039/2026

Pregão Eletrônico nº.: 025/2026

Procedimento: Registro de Preços nº.: 023/2026 (se for o caso)

Fiscal do Contrato: Marcelo Thiago Miranda e Lorena B. Fonseca Gottardo.

Gestor do Contrato: Lara Fernandes Rodrigues Ribeiro;



Por este contrato, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **RHENYS DA SILVA CAMBRAIA**, brasileiro, casado, Militar da Reserva; inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado em Presidente Olegário - MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº. _____, situada na Rua _____, nº _____, Bairro _____, **CIDADE/UF**, CEP _____, telefone _____, e-mail _____, neste

ato **REPRESENTADA** por seu representante legal, o (a) Sr.(a) _____, inscrita no CPF nº. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, pelo Decreto Municipal nº 1.497, de 01 de agosto de 2022 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. O presente contrato decorre da homologação do Processo Licitatório nº. 0xx/2026 por meio do Pregão Eletrônico nº 0xx/2026 regido, subsidiariamente, pelo disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, e demais normas pertinentes.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem como objeto **Registro de preços destinado à futura, eventual e parcelada aquisição de medicamentos destinados à distribuição gratuita na Farmácia da Secretarua Municipal de Saúde, Farmácia de Minas, Farmácia do CAPS e Hospital Municipal Darci José Fernandes.**

2.2. Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência do Edital de licitação, o próprio edital e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA e demais documentos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este contrato.

2.3. Secretaria Requisitante:

Secretaria Municipal de Saúde.

Gestor: Marcelo Thiago Miranda e Lorena B. Fonseca Gottardo.

Fiscal(is): Lara Fernandes Rodrigues Ribeiro.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ENTREGA, RECEBIMENTO/MEDIÇÃO)

3.1. Conforme estabelecido no termo de referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O presente contrato terá vigência de meses ou anos a partir da data de publicação no PNCP, e poderá ser prorrogado caso haja interesse entre as partes desde que em conformidade com os art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

5.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato devem ser realizadas de forma preventiva

Assinado por 1 pessoa: LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteolegario.1doc.com.br/verificacao/6513-0503-E03C-3F14> e informe o código 6513-0503-E03C-3F14



rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Conforme estabelecido no termo de referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O presente contrato tem o seu valor com o total de R\$ ____ (____ reais), conforme quadro abaixo.

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Unidade	Valor do Item	Valor Total
Total do Fornecedor:						

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.2. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **30 (trinta)** dias após a entrega, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento/serviço efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos materiais.

7.2.1. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.

7.2.2. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da conferência, o objeto contratual não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

7.2.3. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

7.3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

7.3.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

7.4. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017 e de acordo com o protocolo ICMS 19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais).

7.5. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

7.6. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

7.8. A CONTRATADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.

7.9. A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

7.10. O Município de Presidente Olegário, no ato dos pagamentos, realizará as retenções tributárias devidas



inclusive retenção do Imposto de Renda, nos termos da IN RFB nº 1.234/12, do Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023.

7.10.1. Compete exclusivamente aos fornecedores analisarem o disposto na IN RFB 1.234/12, no Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023 com vistas a requererem eventuais imunidades, isenções ou não incidência da retenção do Imposto de Renda.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

8.1. Do reajuste:

8.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

8.1.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **índice estabelecido no termo de referência**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.2. Do reequilíbrio:

8.2.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do produto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

8.2.2. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

8.2.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.2.4. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo de manifestar interesse, assim bem como apresentar o cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pelo CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

8.2.5. Para a justa concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA deve apresentar Notas Fiscais que demonstrem o desequilíbrio do contrato, sendo, no mínimo, uma NF com Data Emissão próxima a data da última proposta da contratada e uma NF com Data Emissão atualizada, indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item, e indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

8.2.6. Somente serão consideradas as solicitações de revisão dos preços, aquelas que tenham concluído o prazo mínimo da proposta, mantenham a margem de lucro estabelecida na assinatura do contrato, não ultrapassem a média dos preços encontrados no mercado em geral, que o contrato esteja vigente



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



ainda possua saldo.

8.2.7. Sem a apresentação das informações indicadas nos itens “8.2.5” e “8.2.6”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

8.2.8. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

8.2.9. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

8.2.10. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

8.2.11. Se for o caso, incube a Administração, como fiscal do contrato e por se tratar de tarefa Administrativa, verificar a correção da planilha de custos reequilibrada apresentada pela requerente, em confronto com a Planilha apresentada na proposta, por meio de servidor com conhecimento técnico ou setor competente, se ocorreu a efetiva repercussão dos eventos discriminados no pedido pela forma da Lei, assim, contemplando corretamente os custos que realmente tiveram os fatos comprovados e a partir de que data ocorreu.

8.2.12. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais, autenticados em cartório, ou autenticados por servidor) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

8.2.13. Os valores constantes do contrato serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do objeto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e neste contrato;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido/na execução, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133 de 2021](#);

9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 01 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feito pelo contratado no prazo máximo de 01 mês.

9.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado



terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.2.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.2.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.2.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.2.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.2.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.2.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.2.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.2.18. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere

9.2.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de



dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.2.20. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da ARP, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2.21. É assegurado ao fiscal do contrato amplo acesso às informações necessárias ao acompanhamento da execução, devendo a contratada prestar total colaboração.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Conforme estabelecido no termo de referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 3.800/2025, o Contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, aos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem justificativa;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa;
- praticar ato fraudulento na execução contratual;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2. As infrações acima sujeitam o Contratado às seguintes sanções:

11.2.1. *Advertência*, conforme art. 3º da Lei Municipal nº 3.800/2025, para a alínea “a”, salvo justificativa para penalidade mais grave.

11.2.2. *Impedimento de licitar e contratar com o Município*, conforme art. 4º da Lei Municipal.

11.2.3. *Declaração de inidoneidade*, conforme art. 5º da Lei Municipal.

11.2.4. *Multa*:

11.2.4.1. *Moratória por atraso na execução* sobre a parcela inadimplida (art. 6º, §3º da Lei Municipal):

- Até 5 dias úteis: **0,1% ao dia**;
- De 6 a 15 dias úteis: **0,2% ao dia**;
- De 16 a 30 dias úteis: **0,5% ao dia**;
- Acima de 30 dias úteis: **10% fixos** sobre a parcela inadimplida.
- Nos casos de fornecimento de bens ou serviços essenciais ao funcionamento da Administração Pública, a multa moratória poderá ser majorada até o dobro dos percentuais estabelecidos, desde que devidamente justificado pelo gestor do contrato.

11.2.4.2. *Compensatória* (art. 7º da Lei Municipal), conforme gravidade da infração:

- Leve: **3%**
- Média: **10%**
- Grave: **20%**
- Gravíssima: **30%**

11.2.4.3. A reincidência poderá aumentar o percentual da multa de mesma natureza em até **50%** respeitado o teto de **30%** do valor do contrato.

11.3. As sanções não excluem a obrigação de reparar integralmente os danos à Administração.

11.4. Todas as sanções previstas anteriormente poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. As multas moratória e compensatória **não serão cumuladas para o mesmo fato gerador**, nos termos do art. 6º, §5º da Lei Municipal nº 3.800/2025.

11.6. Será garantida defesa prévia de **15 dias úteis**, a contar da intimação.



11.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.8. O recolhimento da multa deverá ser feito em até **10 dias úteis** após comunicação formal da penalidade.

11.9. A aplicação das sanções se dará por processo administrativo sancionador, conforme os arts. 14 a 31 da Lei Municipal nº 3.800/2025.

11.10. Notificações poderão ser realizadas por e-mail, aplicativo de mensagens ou publicação oficial, conforme os arts. 19 e 20 da Lei Municipal.

11.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa na plataforma que aconteceu a licitação.

11.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou na plataforma que aconteceu a licitação serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.11. Nas aplicações das sanções serão consideradas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.12. As infrações que também forem atos lesivos conforme a Lei nº 12.846/2013 serão julgadas conjuntamente.

11.13. A Administração poderá desconsiderar a personalidade jurídica do Contratado e estender as penalidades a sócios e sucessores, nos termos dos arts. 41 a 45 da Lei Municipal.

11.14. As penalidades serão registradas no **CEIS**, **CNEP** ou sistema próprio no prazo de **5 dias úteis**, conforme art. 36 da Lei Municipal.

11.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o Município ora Contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES E DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. Das alterações:

12.1.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do [art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.1.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.1.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. Da extinção:

12.2.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.3.1. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

12.2.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa com o objeto correrá à conta da dotação orçamentária abaixo, relativa ao exercício de 202__ e suas correspondentes ao ano posterior:

Dotação Orçamentária

13.2. Havendo necessidade, poderão ser acrescentadas novas dotações ao processo por meio de apostilamento de ficha.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

15.1. A contratada responderá por quaisquer prejuízos decorrentes de falhas logísticas que comprometam a execução do objeto.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A aplicação de sanções não afasta a obrigação de indenizar a Administração por eventuais prejuízos causados.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento.

Presidente Olegário/MG, ____ de ____ de 202__

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Rhenys da Silva Cambraia

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
Setor de Licitações
Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



SECRETARIA MUNICIPAL
Secretário(a)

EMPRESA
Representante Legal

TESTEMUNHAS: I - _____

Nome CPF:

II - _____

Nome CPF:



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÕES;

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES DE ME, EPP OU EQUIPARADA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei e que cumpre os requisitos legais para qualificação como:

☐ **Microempresa, ME,**

☐ **Empresa de Pequeno Porte, EPP,** definida no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

☐ **Sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP,** tendo auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

(Assinalar a condição da empresa)

☐ Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do representante legal (carimbo da empresa)



DECLARAÇÃO COMPLETA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ **DECLARA**, sob as penas da Lei, que:

- Atendem aos requisitos de habilitação,
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Por fim **DECLARA** pela **veracidade das informações prestadas**, na forma da lei.

_____, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do representante legal (carimbo da empresa)



DECLARAÇÃO ME - receita bruta máxima

[Nome da Empresa]
[CNPJ da Empresa]
[Endereço completo]

Aos cuidados da Agente de Contratação/Pregoeira/Comissão de Contratação
[Nome do Órgão Contratante]
[Endereço do Órgão Contratante]

Objeto da Licitação: [Descrever o objeto da licitação]

Declaramos, sob as penas da lei, para fins de atendimento ao §2º do Art. 4º da Lei nº 14.133/2021, que a empresa acima identificada, enquadrada como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparada, no ano-calendário de realização da presente licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados ultrapassem a receita bruta máxima admitida para fins de manutenção do enquadramento como empresa de pequeno porte.

Firmamos a presente declaração em conformidade com a legislação vigente, estando cientes das sanções legais aplicáveis em caso de falsidade.

[Local], [Data]

[Nome do Sócio Proprietário]

Sócio Proprietário

CPF: [Informar CPF]

[Nome do Contador]

Contador – CRC: [Número do registro no CRC]

CPF: [Informar CPF do Contador]



ANEXO VI

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Área requisitante: Secretária Municipal de Saúde do Município de Presidente Olegário/MG.

Objeto: Trata-se do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA FARMÁCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, FARMÁCIA DE MINAS, FARMÁCIA DO CAPS E HOSPITAL MUNICIPAL DARCI JOSÉ FERNANDES, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

Desta forma, com objetivo de cumprir a missão institucional e atender o interesse público, o Município de Presidente Olegário/MG vale-se dos instrumentos legais para aquisição de seus bens e serviços. Essa contratação se dará através de Registro de Preço pelo prazo de 12 meses.

A contratação, objeto deste Estudo Técnico Preliminar, tem amparo legal, integralmente, na Lei nº 14.133/21 e suas alterações, Lei nº 123/06.

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

A Constituição Federal afirma no Art. 196 que: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

A aquisição dos medicamentos justifica-se para funcionamento das atividades do Hospital Municipal Darci José Fernandes, bem como, para distribuição gratuita na Farmácia da Secretaria de Saúde, Farmácia de Minas e Farmácia do CAPS visto que, o funcionamento dos mesmos é fundamental para atender às necessidades prioritárias de saúde da população de Presidente Olegário/MG. Dessa forma, é estritamente necessária a compra dos itens ora requisitados.

Obs.: A contratação será por meio do menor preço por item.

II– Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala:

As quantidades a serem adquiridas foram determinadas de acordo com solicitação e necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, para um período de 12 meses. Essas quantidades foram baseadas no consumo do ano de 2025 com uma margem de segurança para o ano de 2026.

A quantidade total estimada está discriminada na Tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
0000 1	ACETADO DE RETINOL - POMADA OFTALMOLÓGICA	TB	40	ACETATO DE RETINOL 10.000UI/G; AMINOÁCIDOS 25MG/G; METIONINA 5MG/G; CLORAFENICOL 5MG/G, BISNAGA COM 3,5G. USO OFTAMOLÓGICO	R\$ 12,34	R\$ 493,60
0000 2	ACETILCISTEINA INJETAVEL	UN	5.000	ACETILCISTEINA INJETAVEL- 100MG/ML.	R\$ 3,76	R\$ 18.800,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

				AMPOLA DE 3ML		0
00003	ACIDO ACETILSALICÍLICO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	1.000	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100MG, USO ORAL	R\$ 0,27	R\$ 270,00
00004	ÁCIDO ASCÓRBICO (VITAMINA C) - INJETÁVEL	AP	3.000	ÁCIDO ASCÓRBICO, 100MG/ML, AMPOLA COM 5 ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 0,76	R\$ 2.280,00
00005	ÁCIDO ASCÓRBICO, DRÁGEA	CP	900	CLORIDRATO DE PIPERIDOLATO 100MG; HESPERIDINA COMPLEXO 50MG; ÁCIDO ASCÓRBICO 50MG, USO ORAL	R\$ 0,97	R\$ 873,00
00006	ÁCIDO FÓLICO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	500	ÁCIDO FÓLICO 5MG, USO ORAL	R\$ 0,21	R\$ 105,00
00007	ÁCIDO TRANEXANICO - INJETÁVEL	AP	2.000	ACIDO TRANEXAMICO, 50MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 5,04	R\$ 10.080,00
00008	ADDERA D3 7000UI	CP	3.000	ADDERA D3 7000UI	R\$ 4,68	R\$ 14.040,00
00009	ADENOSINA - INJETÁVEL	AP	500	ADENOSINA 3MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 12,49	R\$ 6.245,00
00010	ÁGUA BIDEUTILADA (ABD), INJETÁVEL	AP	60.000	ÁGUA BIDEUTILADA ESTÉRIL E APIROGÊNICA, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)	R\$ 0,23	R\$ 13.800,00
00011	ÁGUA BIDEUTILADA (ABD), INJETÁVEL FRASCO COM 500ML, INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO.	FR	2.500	ÁGUA BIDEUTILADA ESTÉRIL E APIROGÊNICA, FRASCO COM 500ML, INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO.	R\$ 7,06	R\$ 17.650,00
00012	ALENIA 12/400 MCG	CPS	9.000	ALENIA 12/400MCG	R\$ 2,60	R\$ 23.400,00
00013	ALPRAZOLAN 0,5 MG	CP	6.000	ALPRAZOLAN 0,5 MG	R\$ 0,15	R\$ 900,00
00014	ALPRAZOLAN 1 MG	CP	12.000	ALPRAZOLAM 1 MG	R\$ 0,08	R\$ 960,00
00015	ALPRAZOLAN 2 MG	CP	18.000	ALPRAZOLAM 2 MG	R\$ 0,21	R\$ 3.780,00
00016	AMINOFILINA - INJETÁVEL	AP	1.500	AMINOFILINA 24MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 4,99	R\$ 7.485,00
00017	AMIODARONA - INJETÁVEL	AP	1.000	AMIODARONA 50MG/ML, AMPOLA COM 3ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 3,47	R\$ 3.470,00
00018	AMISSULPRIDA 200 MG	CP	3.000	AMISSULPRIDA 200 MG. (SOCIAN 200MG)	R\$ 13,33	R\$ 39.990,00
00019	AMITRIPTILINA 25 MG	CP	100.000	AMITRIPTILINA 25 MG	R\$ 0,13	R\$ 13.000,00
00020	AMOXICILINA - CÁPSULA	CP	500	AMOXICILINA 500MG, USO ORAL	R\$ 0,39	R\$ 195,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

0002 1	AMOXICILINA - SUSPENSÃO	FR	150	AMOXICILINA 250MG/5ML - FRASCO COM 150ML, USO ORAL	R\$ 11,99	R\$ 1.798,50
0002 2	AMOXICILINA 250MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 62,5MG/5ML	FR	300	AMOXICILINA 250MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 62,5MG/5ML - FRASCO COM 150ML	R\$ 34,78	R\$ 10.434,0 0
0002 3	AMOXICILINA 500MG COM CLAVULANATO	CP	10.000	AMOXICILINA 500MG COM CLAVULANATO	R\$ 1,76	R\$ 17.600,0 0
0002 4	AMOXICILINA COM CLAVULANATO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	2.000	AMOXICILINA 500MG; CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG, USO ORAL	R\$ 1,73	R\$ 3.460,00
0002 5	AMOXICILINA E CLAVULANATO - SUSPENSÃO	FR	1.000	AMOXICILINA 250MG/5ML; CLAVULANATO DE POTÁSSIO 6,5MG/5ML, FRASCO COM 75ML, USO ORAL	R\$ 28,20	R\$ 28.200,0 0
0002 6	AMPICILINA - INJETÁVEL	FR/AP	1.500	AMPICILINA SODICA 1G, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)	R\$ 7,50	R\$ 11.250,0 0
0002 7	APIXABANA 5MG	CP	9.000	APIXABANA 5MG	R\$ 0,82	R\$ 7.380,00
0002 8	ARIPIPRAZOL	CP	3.000	ARIPIPRAZOL 10MG	R\$ 0,80	R\$ 2.400,00
0002 9	ATRACURIO - INJETÁVEL	AP	50	BESILATO DE ATRACÚRIO 10MG/ML, AMPOLA COM 2,5ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 22,84	R\$ 1.142,00
0003 0	ATROPINA - INJETÁVEL	AP	1.500	SULFATO DE ATROPINA 0,5MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)	R\$ 2,74	R\$ 4.110,00
0003 1	AZITROMICINA - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	2.500	AZITROMICINA DI- HIDRATADA 500MG, USO ORAL	R\$ 1,36	R\$ 3.400,00
0003 2	BACLOFENO 10MG	CP	6.000	BACLOFENO 10MG	R\$ 0,30	R\$ 1.800,00
0003 3	BENZILPENICILINA - INJETÁVEL	FR/AP	7.000	BENZILPENICILINA BENZTINA 1.200.000UI, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)	R\$ 15,42	R\$ 108.940,00
0003 4	BICARBONATO DE SÓDIO - INJETÁVEL	AP	500	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 1,36	R\$ 680,00
0003 5	BICARBONATO DE SODIO 8.4%	UN	500	BICARBONATO DE SODIO 8.4%, FRASCO 250ML	R\$ 27,89	R\$ 13.945,0 0
0003 6	BIPERIDENO 2MG	CP	60.000	BIPERIDENO 2MG	R\$0,26	R\$ 15.560,00
0003	BIPIRIDENO - INJETÁVEL	AP	800	LACTATO DE BIPIRIDENO	R\$2,48	R\$ 1.984,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

7				5MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV)		,00
0003 8	BROMETO DE IPRATROPIO - SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO	FR	800	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG/ML, FRASCO COM 20ML	R\$9,97	R\$7.976,00
0003 9	BROMOPRIDA - SOLUÇÃO ORAL	FR	2.000	BROMOPRIDA 4MG/ML, FRASCO COM 20ML, USO ORAL	R\$5,87	R\$11.740,00
0004 0	BROMOPRIDA- INJETAVEL	UN	5.000	BROMOPRIDA INJETAVEL, EV, 10MG/2ML	R\$1,76	R\$8.800,00
0004 1	BUPIVACAÍNA E GLICOSE - INJETÁVEL	AP	1.500	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA 5MG/ML; GLICOSE 80MG/ML, AMPOLA COM 4ML, INJETÁVEL (EV)	R\$6,80	R\$10.200,00
0004 2	BUPROPIONA 150 MG	CP	12.000	BUPROPIONA 150 MG	R\$0,36	R\$4.320,00
0004 3	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA - INJETÁVEL	AP	2.800	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV)	R\$5,00	R\$14.000,00
0004 4	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA E DIPIRONA - INJETÁVEL	AP	6.000	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML; DIPIRONA MONOIDRATADA 500MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)	R\$2,94	R\$17.640,00
0004 5	BUTILESCOPOLAMINA 10 MG	CP	3.000	BUTILESCOPOLAMINA 10 MG	R\$0,49	R\$1.470,00
0004 6	CAPTOPRIL - COMPRIMIDO	CP	2.000	CAPTOPRIL 25MG, USO ORAL	R\$0,06	R\$120,00
0004 7	CARBAMAZEPINA 20 MG/100 ML/SUSP.	FR	200	CARBAMAZEPINA 20 MG/100 ML/SUSP.	R\$7,74	R\$1.548,00
0004 8	CARBAMAZEPINA 200 MG	CP	80.000	CARBAMAZEPINA 200 MG	R\$0,22	R\$17.600,00
0004 9	CARBONATO DE CALCIO 1250 MG COMPRIMIDO	CP	80.000	CARBONATO DE CALCIO 1250 MG COMPRIMIDO	R\$0,83	R\$66.400,00
0005 0	CARBONATO DE LITIO 300 MG	CP	30.000	CARBONATO DE LITIO 300 MG	R\$0,42	R\$12.600,00
0005 1	CARBONATO DE LITIO CR 450MG	CP	3.000	CARBONATO DE LITIO CR 450MG	R\$0,85	R\$2.550,00
0005 2	CARVÃO ATIVADO PÓ	PT	12	CARVÃO ATIVADO PÓ, EMBALAGEM DE 500G, USO ORAL	R\$74,70	R\$896,40
0005 3	CEFALOTINA INJETÁVEL	FR/AP	6.000	CEFALOTINA SÓDICA 1G, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)	R\$8,81	R\$52.860,00
0005 4	CEFEPIME - INJETÁVEL	FR/AP	5.000	CLORIDRATO DE CEFEPIMA 1G, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)	R\$9,43	R\$47.150,00
0005	CEFTRIAXONA EV -	FR/AP	10.000	CEFTRIAXONA SÓDICA	R\$4,56	R\$45.600,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

5	INJETÁVEL			1G, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV).		0,00
0005 6	CEFTRIAXONA IM - INJETÁVEL	FR/AP	4.000	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (IM), DILUENTE LIDOCAÍNA 1%	R\$6,76	R\$ 27.040,00
0005 7	CETOCONAZOL 200 MG	CP	6.000	CETOCONAZOL 200 MG	R\$0,25	R\$1.500,00
0005 8	CETOPROFENO EV - INJETÁVEL	FR/AP	6.000	CETOPROFENO 100MG, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)	R\$4,23	R\$25.380,00
0005 9	CETOPROFENO IM - INJETÁVEL	AP	3.000	CETOPROFENO 50MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (IM)	R\$1,49	R\$4.470,00
0006 0	CICLOBENZAPRINA 5 MG	CP	6.000	CICLOBENZAPRINA 5 MG	R\$0,07	R\$420,00
0006 1	CILOSTAZOL 100 MG	CP	9.000	CILOSTAZOL 100 MG	R\$0,77	R\$6.930,00
0006 2	CILOSTAZOL 50 MG	CP	9.000	CILOSTAZOL 50 MG	R\$0,79	R\$7.110,00
0006 3	CINARIZINA 75 MG	CP	20.000	CINARIZINA 75 MG	R\$0,58	R\$11.600,00
0006 4	CIPROFLOXACINO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	1.000	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500MG, USO ORAL	R\$1,10	R\$1.100,00
0006 5	CIPROFLOXACINO - INJETÁVEL	FR	2.500	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 2MG/ML, FRASCO COM 100ML, INJETÁVEL (EV)	R\$6,52	R\$16300,00
0006 6	CITALOPRAM 20 MG	CP	12.000	CITALOPRAM 20 MG	R\$0,24	R\$2.880,00
0006 7	CLINDAMICINA - INJETÁVEL	AP	2.000	FOSFATO DE CLINDAMICINA 150MG/ML, AMPOLA COM 4ML, INJETÁVEL (EV)	R\$6,90	R\$13800,00
0006 8	CLONAZEPAM - SOLUÇÃO ORAL	FR	12	CLONAZEPAM 2,5MG/ML, FRASCO COM 20ML, USO ORAL	R\$2,72	R\$32.640,00
0006 9	CLONAZEPAM 0,5 MG	CP	20.000	CLONAZEPAM 0,5 MG	R\$ 0,08	R\$1.600,00
0007 0	CLONAZEPAM 2 MG	CP	200.000	CLONAZEPAM 2 MG	R\$ 0,09	R\$18.000,00
0007 1	CLONAZEPAM 2,5MG/ ML FRASCO COM 20 ML	FR	1.000	CLONAZEPAM 2,5MG/ ML FRASCO COM 20 ML	R\$ 2,41	R\$2.410,00
0007 2	CLONIDINA - COMPRIMIDO	CP	9.000	CLORIDRATO DE CLONIDINA, 0,100MG, USO ORAL	R\$ 0,29	R\$2.610,00
0007 3	CLONIDINA - INJETÁVEL	AP	400	CLORIDRATO DE CLONIDINA 150MCG/ML, AMPOLA COM 1ML,	R\$ 8,82	R\$3.528,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

				INJETÁVEL (EV)		
0007 4	CLOPIDOGREL - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	500	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG, USO ORAL	R\$ 0,33	R\$ 165,00
0007 5	CLOPIDOGREL 75 MG	CP	9.000	CLOPIDOGREL 75 MG	R\$ 0,40	R\$ 3.600,00
0007 6	CLORETO DE CETILPIRIDÍNIO - ENXAGUANTE BUCAL	FR	15	CLORETO DE CETILPIRIDÍNIO 0,500MG/ML, FRASCO COM 250ML	R\$ 16,27	R\$ 244,05
0007 7	CLORETO DE POTÁSSIO 10MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)	AP	750	CLORETO DE POTÁSSIO 10MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 0,37	R\$ 277,50
0007 8	CLORETO DE POTASSIO 6%	FR	400	CLORETO DE POTASSIO 6% COM 100 ML	R\$ 2,69	R\$ 1.076,00
0007 9	CLORETO DE SÓDIO 10% INJETÁVEL	AP	400	CLORETO DE SÓDIO 10MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 0,47	R\$ 188,00
0008 0	CLORIDRATO BUPIVACAÍNA ISOBÁRICA 0,5%	UN	1.000	CLORIDRATO BUPIVACAÍNA ISOBÁRICA 0,5%; AMPOLA DE 4ML.	R\$ 10,83	R\$ 10.830,00
0008 1	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% COM VASOCONSTRITOR - INJETÁVEL	FR/AP	100	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20MG/ML, EPINEFRINA 5MCG/ML, FRASCO/AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (SC)	R\$ 4,40	R\$ 440,00
0008 2	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2%, SEM VASOCONSTRITOR - INJETÁVEL	FR/AP	2.000	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA MONOIDRATADA 20MG/ML, FRASCO/AMPOLA COM 20ML, INJETÁVEL (EV, SC)	R\$ 4,31	R\$ 8.620,00
0008 3	CLORIDRATO DE NALOXONA - INJETÁVEL	AP	50	CLORIDRATO DE NALOXONA 0,4MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, SC, IM)	R\$ 6,33	R\$ 316,50
0008 4	CLORIDRATO DE PROXIMETACAÍNA - COLÍRIO	FR	50	CLORIDRATO DEPROXIMETACÍNA 5MG/ML, FRASCO COM 5ML, USO OFTALMOLÓGICO	R\$ 3,12	R\$ 156,00
0008 5	CLORIDRATO DE VANCOMICINA - INJETÁVEL	FR/AP	2.500	CLORIDRATO DE VANCOMICINA 500MG, FRASCO/AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)	R\$ 8,47	R\$ 21.175,00
0008 6	CLORPROMAZINA - INJETÁVEL	AP	500	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 5MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 5,01	R\$ 2.505,00
0008 7	CLORTALIDONA 50 MG	CP	20.000	CLORTALIDONA 50 MG	R\$ 0,46	R\$ 9.200,00
0008 8	Clozapina 100mg	CP	9.000	Clozapina 100mg	R\$ 5,80	R\$ 52.200,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

						0
00089	COLAGENASE COM CLORAFENICOL - POMADA	TB	1.000	COLAGENASE 0,6 U/G, CLORAFENICOL 0,01 G/G, BISNAGA COM 30G, USO TÓPICO	R\$ 13,34	R\$ 13.340,00
00090	COMPLEXO B - INJETÁVEL	AP	5.500	CLORIDRATO DE TIAMINA (B1) 4MG/ML; FOSFATO SÓDICO DE RIBOFLAVINA (B2) 1MG/ML; CLORIDRATO DE PIRIDOXINA (B6) 2MG/ML; NICOTINAMIDA (B3) 20MG/ML; DEXPANTENOL (PRÓ-B5) 3MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 1,05	R\$ 5.775,00
00091	DENOSUMAB 60 MG	CX	12	DENOSUMAB 60 MG	R\$ 746,02	R\$ 8.952,24
00092	DESLANOSÍDEO - INJETÁVEL	AP	100	DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 2,45	R\$ 245,00
00093	DESVENLAFAXINA SUCCINATO 100 MG	CP	12.000	DESVENLAFAXINA SUCCINATO 100 MG	R\$ 0,81	R\$ 9.720,00
00094	DESVENLAFAXINA SUCCINATO 50 MG	CP	15.000	DESVENLAFAXINA SUCCINATO 50 MG	R\$ 0,84	R\$ 12.600,00
00095	DEXAMETASONA - INJETÁVEL	AP	4.500	FOSFATO DISSODICO DE DEXAMETASONA 4MG/ML, AMPOLA COM 2,5ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 0,88	R\$ 3.960,00
00096	DEXAMETASONA - POMADA	TB	5.650	ACETATO DE DEXAMETASONA 1MG/G, BISNAGA COM 10G, USO TÓPICO	R\$ 4,71	R\$ 26.611,50
00097	DEXCLORFENIRAMINA - SOLUÇÃO ORAL	FR	200	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML, FRASCO COM 120ML, USO ORAL	R\$ 5,17	R\$ 1.034,00
00098	DEXTROCETAMINA	AP	500	CLORIDRATO DE DEXTROCEMINA 50MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 18,83	R\$ 9.415,00
00099	DIAZEPAM - COMPRIMIDO	CP	50.200	DIAZEPAM 10MG, USO ORAL	R\$ 0,19	R\$ 9.538,00
00100	DIAZEPAM - INJETÁVEL	AP	1.500	DIAZEPAM 5MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 1,13	R\$ 1.695,00
00101	DICLOFENACO DE SÓDIO - COMPRIMIDO	CP	31.000	DICLOFENACO DE SÓDIO 50MG, USO ORAL	R\$ 0,13	R\$ 4.030,00
00102	DICLOFENACO DE SÓDIO - INJETÁVEL	AP	4.000	DICLOFENACO DE SÓDIO 25MG/ML, AMPOLA COM 3ML, INJETÁVEL (IM)	R\$ 1,29	R\$ 5.160,00
00103	DIMENIDRINATO 30MG + 50MG DE CLORIDRATO DE	UN	5.000	DIMENIDRINATO 30MG + 50MG DE CLORIDRATO DE	R\$ 8,50	R\$ 42.500,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

	PIRIDOXINA + 1000MG DE GLICOSE + 1000MG DE FRUTOSE (DRAM)			PIRIDOXINA + 1000MG DE GLICOSE + 1000MG DE FRUTOSE. AMPOLA DE 10ML, EV		0
00104	DIMENIDRINATO COM CLORIDRATO DE PIRIDOX - INJETÁVEL	AP	2.500	DIMENIDRINATO 50MG/ML; COM CLORIDRATO DE PIRIDOX 50MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (IM)	R\$ 4,74	R\$ 11.850,00
00105	DIOSMINA MAIS HESPERIDINA 450/50 MG	CP	24.000	DIOSMINA MAIS HESPERIDINA 450/50 MG	R\$ 0,58	R\$ 13.920,00
00106	DIPIRONA - COMPRIMIDO	CP	52.000	DIPIRONA SÓDICA 500MG, USO ORAL	R\$ 0,11	R\$ 5.720,00
00107	DIPIRONA - INJETÁVEL	AP	20.000	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 0,85	R\$ 17.000,00
00108	DIPIRONA - SOLUÇÃO ORAL	FR	600	DIPIRONA 500MG/ML, FRASCO COM 10ML, USO ORAL	R\$ 5,34	R\$ 3.204,00
00109	DIPIRONA+BUTILESCOPOLAMINA 250/10 MG	CP	30.000	DIPIRONA+BUTILESCOPO LAMINA 250/10 MG	R\$ 0,26	R\$ 7.800,00
00110	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG/ML FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁ	AP	4.000	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG/ML FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (IM)	R\$ 10,48	R\$ 41.920,00
00111	DISFOR SACHES		3.000	DISFOR SACHES	R\$ 7,11	R\$ 21.330,00
00112	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG	CP	20.000	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG	R\$ 1,13	R\$ 22.600,00
00113	DOBUTAMINA - INJETÁVEL	AP	2.000	CLORIDRATO DE DOBUTAMINA 12,5/ML, AMPOLA COM 20ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 6,09	R\$ 12.180,00
00114	DONILA DUO 10/20	CP	3.000	DONILA DUO 10/20	R\$ 6,91	R\$ 20.730,00
00115	DULOXETINA 30 MG	CP	12.000	DULOXETINA 30 MG	R\$ 0,89	R\$ 10.680,00
00116	DULOXETINA 60MG	CP	20.000	DULOXETINA 60MG	R\$ 1,91	R\$ 38.200,00
00117	EFEDRINA - INJETÁVEL	AP	300	SULFATO DE EFEDRINA 50MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)	R\$ 5,52	R\$ 1.656,00
00118	ENOXAPARINA 20MG - INJETÁVEL	UN	500	ENOXAPARINA SÓDICA 20MG, SOLUÇÃO 20 MG/0,2 ML, INJETÁVEL (SC),	R\$ 14,24	R\$ 7.120,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

				SERINGAS PRÉ-ENCHIDAS COM SISTEMA DE SEGURANÇA.		
00119	ENOXAPARINA 40MG - INJETÁVEL	UN	4.500	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG, SOLUÇÃO 40 MG/0,4 ML, INJETÁVEL (SC), SERINGAS PREENCHIDAS COM SISTEMA DE SEGURANÇA. ENOXAPARINA SÓDICA 40MG, SOLUÇÃO 40 MG/0,4 ML, INJETÁVEL (SC), SERINGAS PRÉ-ENCHIDAS COM SISTEMA DE SEGURANÇA.	R\$ 13,95	R\$ 62.775,00
00120	ENOXAPARINA 60MG - INJETÁVEL	UN	4.500	ENOXAPARINA SÓDICA 60MG, SOLUÇÃO 60 MG/0,6 ML, INJETÁVEL (SC), SERINGAS PRÉ-ENCHIDAS COM SISTEMA DE SEGURANÇA. ENOXAPARINA SÓDICA 60MG, SOLUÇÃO 60 MG/0,6 ML, INJETÁVEL (SC), SERINGAS PREENCHIDAS COM SISTEMA DE SEGURANÇA.	R\$ 18,36	R\$ 82.620,00
00121	EPINEFRINA - INJETÁVEL	AP	800	EPINEFRINA 1MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)	R\$ 1,10	R\$ 880,00
00122	ERGOMETRINA - INJETÁVEL	AP	700	MALEATO DE METILERGOMETRINA 0,2MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)	R\$ 3,03	R\$ 2.121,00
00123	ESCITALOPRAM OXALATO 10 MG	CP	9.000	ESCITALOPRAM OXALATO 10 MG	R\$ 0,15	R\$ 1.350,00
00124	ESCITALOPRAM OXALATO 20 MG	CP	9.000	ESCITALOPRAM OXALATO 20 MG	R\$ 0,29	R\$ 2.610,00
00125	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	CP	1.000	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	R\$ 1,36	R\$ 1.360,00
00126	ETOMIDATO- INJETAVEL	UN	3.000	ETOMIDATO 2MG/10ML	R\$ 12,02	R\$ 36.060,00
00127	FENITOÍNA - COMPRIMIDO	CP	200	FENITOÍNA 100MG, USO ORAL	R\$ 0,32	R\$ 64,00
00128	FENITOÍNA - INJETÁVEL	AP	300	FENITOÍNA SÓDICA 50MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 4,50	R\$ 1.350,00
00129	FENOBARBITAL - INJETÁVEL	AP	300	FENOBARBITAL SÓDICO 100MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 4,25	R\$ 1.275,00
0013	FENOBARBITAL 100 MG	CP	70.000	FENOBARBITAL 100 MG	R\$ 0,19	R\$ 13.300,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

0						13.300,00
00131	FENTANIL AMPOLA - INJETÁVEL	AP	500	CITRATO DE FENTANILA 50MCG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 2,93	R\$ 1.465,00
00132	FENTANIL FRASCO - INJETÁVEL	FR/AP	400	CITRATO DE FENTANILA 50MCG/ML, FRASCO/AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 3,70	R\$ 1.480,00
00133	FITOMENADIONA - INJETÁVEL	UN	1.500	FITOMENADIONA 10MG/ML, AMPOLA COM 1 ML, INJETÁVEL (IM)	R\$ 3,83	R\$ 5.745,00
00134	FLUMAZENIL - INJETÁVEL	AP	200	FUMAZENIL 0,1MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 6,16	R\$ 1.232,00
00135	FLUOXETINA 20MG	CP	50.000	FLUOXETINA 20MG	R\$ 0,07	R\$ 3.500,00
00136	FLURESCEÍNA - COLÍRIO	FR	20	FLURESCEÍNA SÓDICA 10MG/ML, FRASCO COM 3ML, SOLUÇÃO OFTALMOLÓGICA	R\$ 12,98	R\$ 259,60
00137	FUROSEMIDA - INJETÁVEL	AP	4.000	FUROSEMIDA 10MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 1,15	R\$ 4.600,00
00138	GABAPENTINA 300 MG	CP	15.000	GABAPENTINA 300 MG	R\$ 0,81	R\$ 12.150,00
00139	GENTAMICINA - INJETÁVEL	AP	3.000	SULFATO DE GENTAMICINA 40MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 1,29	R\$ 3.870,00
00140	GLICERINA - SOLUÇÃO	FR	300	GLICERINA 120MG/ML, FRASCO COM 500ML, USO RETAL, ACOMPANHA SONDA DE FLEET ENEMA	R\$ 12,33	R\$ 3.699,00
00141	GLICLAZIDA 30 MG COMPRIMIDOS DE LIBERACAO PROLONGADA	CP	30.000	GLICLAZIDA 30 MG COMPRIMIDOS DE LIBERACAO PROLONGADA	R\$ 0,20	R\$ 6.000,00
00142	GLICLAZIDA 60MG COMPRIMIDOS DE LIBERACAO PROLONGADA	CP	30.000	GLICLAZIDA 60 MG COMPRIMIDOS DE LIBERACAO PROLONGADA	R\$ 1,11	R\$ 33.300,00
00143	GLICOSAMINA+CONDROITINA 1,5/1,2 G -SACHE	UN	18.000	GLICOSAMINA+CONDROITINA 1,5/1,2 G -SACHE	R\$ 3,25	R\$ 58.500,00
00144	GLICOSE 25% - INJETÁVEL	AP	6.000	GLICOSE 25MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 0,49	R\$ 2.940,00
00145	GLICOSE 50% 10ML - INJETÁVEL	AP	6.000	GLICOSE 50MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 0,55	R\$ 3.300,00
00146	GLICOSE 50% 20ML - INJETÁVEL	AP	2.000	GLICOSE 50MG/ML, AMPOLA COM 20ML,	R\$ 2,51	R\$ 5.020,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

				INJETÁVEL (EV)		
0014 7	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% - INJETÁVEL	AP	400	GLUCONATO DE CÁLCIO 10MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 0,55	R\$ 0,55
0014 8	HALDOL DECANOATO - INJETÁVEL	AP	3.000	DECANOATO DE HALOPERIDOL 70,52MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (IM)	R\$ 6,14	R\$ 18.420,0 0
0014 9	HALOPERIDOL - INJETÁVEL	AP	1.000	HALOPERIDOL 5MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (IM)	R\$ 1,25	R\$ 1.250,00
0015 0	HALOPERIDOL 5MG	CP	40.000	HALOPERIDOL 5MG	R\$ 0,28	R\$ 11.200,0 0
0015 1	HEPARINA SÓDICA - INJETÁVEL	FR/AP	400	HEPARINA SÓDICA 5000UI/ML, FRASCO/AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 20,00	R\$ 8.000,00
0015 2	HEPARINA SÓDICA - SUBCUTÂNEA	AP	5.000	HEPARINA SÓDICA 5000UI/0,25ML, AMPOLA COM 0,25ML, INJETÁVEL (SC)	R\$ 7,68	R\$ 38.400,0 0
0015 3	HEPARINA SODICA INJ.5000 UI, 0,25ML	AP	9.000	HEPARINA SODICA INJ.5000 UI, 0,25ML	R\$ 9,17	R\$ 82.530,0 0
0015 4	HIDRALAZINA - INJETAVEL	UN	5.000	HIDRALAZINA 20MG/ML- AMPOLA DE 1 ML	R\$ 7,29	R\$ 36.450,0 0
0015 5	HIDROCORTISONA 100MG - INJETÁVEL	FR/AP	6.500	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 100MG, FRASCO-AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 3,81	R\$ 24.765,0 0
0015 6	HIDROCORTISONA 500MG - INJETÁVEL	FR/AP	2.500	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 500MG, FRASCO-AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 4,23	R\$ 10.575,0 0
0015 7	HIDRÓXIDO DE FERRO III - INJETÁVEL	AP	3.000	SACARATO DE HIDRÓXIDO DE FERRO 20MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 10,73	R\$ 32.190,0 0
0015 8	HIDROXIDO DE FERRO III- 100MG/5ML E.V	AP	150	HIDROXIDO DE FERRO III- 100MG/5ML E.V	R\$ 11,54	R\$ 1.731,00
0015 9	IBUPROFENO - SUSPENSÃO ORAL	FR	550	IBUPROFENO 50MG/ML, FRASCO COM 30ML, USO ORAL	R\$ 2,53	R\$ 1.392,50
0016 0	IBUPROFENO 600MG	CP	25.000	IBUPROFENO 600MG	R\$ 0,23	R\$ 5.725,00
0016 1	IMIPRAMINA 25MG	CP	40.000	IMIPRAMINA 25MG	R\$ 1,14	R\$ 45.600,0 0
0016 2	IMUNOGLOBULINA HUMANA - INJETÁVEL	AP	12	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-RHO(D)	R\$ 319,72	R\$ 3.836,64

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

				300MCG, AMPOLA, INJETÁVEL (IM)		
00163	INSULINA HUMANA NPH - INJETÁVEL	FR/AP	240	INSULINA HUMANA RECOMBINANTE NPH100UI/ML, FRASCO-AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (SC)	R\$ 70,16	R\$ 16.838,40
00164	INSULINA HUMANA REGULAR- INJETÁVEL	FR/AP	240	INSULINA HUMANA REGULAR 100UI/ML, FRASCO-AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV,IM, SC)	R\$ 66,20	R\$ 15.888,00
00165	ISOSSORBIDA - COMPRIMIDO	CP	800	DINITRATO DE ISOSSORBIDA 5MG, USO SUBLINGUAL	R\$ 0,41	R\$ 328,00
00166	LAMOTRIGINA 100 MG	CP	27.000	LAMOTRIGINA 100 MG	R\$ 0,50	R\$ 13.500,00
00167	LAMOTRIGINA 50 MG	CP	12.000	LAMOTRIGINA 50 MG	R\$ 0,28	R\$ 3.360,00
00168	LEVODOPA + BENSERAZIDA 100/25 MG	CP	15.000	LEVODOPA + BENSERAZIDA 100/25 MG	R\$ 1,58	R\$ 23.700,00
00169	LEVODOPA + BENSERAZIDA 200/50 MG	CP	20.000	LEVODOPA + BENSERAZIDA 200/50 MG	R\$ 3,00	R\$ 60.000,00
00170	LEVOFLOXACINO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	900	LEVOFLOXACINO 500MG, USO ORAL	R\$ 0,76	R\$ 684,00
00171	LEVOMEPROMAZINA - SOLUÇÃO ORAL	FR	1.000	LEVOMEPROMAZINA 40MG/ML, FRASCO COM 20ML, USO ORAL	R\$ 23,25	R\$ 23.250,00
00172	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	CP	40.000	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	R\$ 0,74	R\$ 29.600,00
00173	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	CP	10.000	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	R\$ 0,74	R\$ 7.400,00
00174	LIDOCAÍNA - GELEIA	TB	1.200	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20MG/G, BISNAGA COM 30G, USO TÓPICO	R\$ 9,30	R\$ 11.160,00
00175	LORAZEPAN 2 MG	CP	20.000	LORAZEPAN 2 MG	R\$ 0,17	R\$ 3.400,00
00176	LOSARTANA 25 MG	CP	80.000	LOSARTANA 25 MG	R\$ 0,54	R\$ 43.200,00
00177	MANITOL - INJETÁVEL	FR	2.000	SOLUÇÃO DE MANITOL 200MG/ML, FRASCO COM 250ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 9,03	R\$ 18.060,00
00178	MEMANTINA 10 MG	CP	3.000	MEMANTINA 10 MG	R\$ 0,37	R\$ 1.110,00
00179	MEROPENEM - INJETÁVEL	FR/AP	2.500	MEROPENEM TRI-HIDRATADO 1G, FRASCO-AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL	R\$ 19,58	R\$ 48.950,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

				(EV)		
00180	METARAMINOL - INJETÁVEL	AP	2.000	HEMITARTARATO DE METARAMINOL 10MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 19,46	R\$ 38.920,00
00181	METILDOPA 250MG	CP	20.000	METILDOPA 250MG	R\$ 1,00	R\$ 20.000,00
00182	METILFENIDATO 10 MG	CP	3.000	METILFENIDATO 10 MG	R\$ 0,75	R\$ 2.250,00
00183	METOCLOPRAMIDA - INJETÁVEL	AP	5.500	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 0,88	R\$ 4.840,00
00184	METOPROLOL - INJETÁVEL	AP	20	TARTARATO DE METOPROLOL 1MG/ML, AMPOLA COM 5ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 23,27	R\$ 465,40
00185	METRONIDAZOL - COMPRIMIDO	CP	1.000	METRONIDAZOL 250MG, USO ORAL	R\$ 0,28	R\$ 280,00
00186	METRONIDAZOL - GELEIA	TB	550	METRONIDAZOL 100MG/G, BISNAGA COM 50ML, USO TÓPICO	R\$ 9,27	R\$ 5.098,50
00187	METRONIDAZOL - INJETÁVEL	FR	900	METRONIDAZOL 5MG/ML, FRASCO COM 100ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 6,24	R\$ 5.616,00
00188	METRONIDAZOL GELEIA 100 MG/ G	BS	600	METRONIDAZOL GELEIA 100 MG/ G COM 50G	R\$ 16,52	R\$ 9.912,00
00189	MICONAZOL 20 MG/G CREME VAGINAL	UN	600	MICONAZOL 20 MG/G CREME VAGINAL	R\$ 11,35	R\$ 6.810,00
00190	MIDAZOLAM 10ML - INJETÁVEL	AP	800	CLORIDRATO DE MIDAZOLAM 5 MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV, IM, RETAL)	R\$ 2,76	R\$ 2.208,00
00191	MIDAZOLAM 3ML - INJETÁVEL	AP	500	CLORIDRATO DE MIDAZOLAM 5MG/ML, AMPOLA COM 3ML, INJETÁVEL (EV, IM, RETAL)	R\$ 3,62	R\$ 1.810,00
00192	MIRTAZAPINA 30 MG	CP	12.000	MIRTAZAPINA 30 MG	R\$ 1,12	R\$ 13.440,00
00193	MORFINA 10MG - INJETÁVEL	AP	2.000	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 5,69	R\$ 11.380,00
00194	MORFINA 1MG - INJETÁVEL	AP	1.000	SULFATO DE MORFINA 1MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 7,45	R\$ 7.450,00
00195	MORFINA PARA RAQUIANESTESIA - INJETÁVEL	AP	1.000	SULFATO DE MORFINA 0,1MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM, EPIDURAL)	R\$ 3,79	R\$ 3.790,00
0019	NALTREXONA 50MG	CP	9.000	NALTREXONA 50MG	R\$ 5,33	R\$ 47.970,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
Setor de Licitações
Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



6						47.970,00
00197	NEOMICINA E BACITRACINA - POMADA	TB	500	SULFATO DE NEOMICINA 5MG/G; BACITRACINA ZÍNCICA 205UI/G, BISNAGA COM 15G, USO TÓPICO	R\$ 7,91	R\$ 3.955,00
00198	NEOMICINA+BACITRACINA 5/250	BS	4.000	NEOMICINA+BACITRACINA 5/250	R\$ 2,52	R\$ 10.080,00
00199	NEOSTIGMINA - INJETÁVEL	AP	100	METILSULFATO DE NEOSTIGMINA 0,5MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)	R\$ 2,11	R\$ 211,00
00200	NEULEPTIL 10MG	CP	9.000	NEULEPTIL 10MG	R\$ 0,67	R\$ 6.030,00
00201	NIFEDIPINO - COMPRIMIDO	CP	500	NIFEDIPINO 10MG, USO ORAL	R\$ 0,72	R\$ 360,00
00202	NIFEDIPINO 20 MG	CP	80.000	NIFEDIPINO 20 MG	R\$ 0,30	R\$ 24.000,00
00203	NIMESULIDA GTS 50 MG/ML	FR	1.000	NIMESULIDA GTS 50 MG/ML	R\$ 3,06	R\$ 3.060,00
00204	NITROGLICERINA - INJETÁVEL	AP	150	NITROGLICERINA 5MG/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 43,22	R\$ 6.483,00
00205	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO - INJETÁVEL	FR/AP	1.000	NITROPRUSSETO DE SÓDIO DIIDRATADO 50MG, FRASCO/AMPOLA, INJETÁVEL (EV) - ACOMPANHA ENVELOPES FOTOPROTETORES	R\$ 40,39	R\$ 40.390,00
00206	NOREPINEFRINA - INJETÁVEL	AP	500	HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 2MG/ML, AMPOLA COM 4ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 1,04	R\$ 520,00
00207	NORFLOXACINO 400 MG	CP	15.000	NORFLOXACINO 400 MG	R\$ 0,90	R\$ 13.500,00
00208	OCITOCINA - INJETÁVEL	AP	600	OCITOCINA 5UI/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV/IM)	R\$ 3,62	R\$ 2.172,00
00209	OLANZAPINA 10 MG	CP	17.000	OLANZAPINA 10 MG	R\$ 0,58	R\$ 9.860,00
00210	OLANZAPINA 2,5 MG	CP	6.000	OLANZAPINA 2,5 MG	R\$ 0,57	R\$ 3.420,00
00211	OLANZAPINA 5MG	CP	15.000	OLANZAPINA 5MG	R\$ 0,46	R\$ 6.900,00
00212	OLEO MINERAL 100% PURO - SUSPENSÃO	FR	1.000	ÓLEO MINERAL PURO, FRASCO COM 100ML, USO ORAL	R\$ 4,08	R\$ 4.080,00
00213	OMEPRAZOL - CÁPSULA GELATINOSA	CP	3.500	OMEPRAZOL 20MG, USO ORAL	R\$ 0,12	R\$ 420,00
00214	OMEPRAZOL - INJETÁVEL	FR/AP	5.000	OMEPRAZOL 40MG,	R\$ 7,72	R\$ 38.600,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

4				FRASCO-AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL (EV)		38.600,00
00215	OMEPRAZOL 20MG	CP	60.000	OMEPRAZOL 20MG	R\$ 0,13	R\$ 7.800,00
00216	ONDASETRONA - INJETÁVEL	AP	2.000	CLORIDRATO DE ONDASETRONA 2MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV/IM)	R\$ 1,07	R\$ 2.140,00
00217	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	CP	9.000	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	R\$ 0,88	R\$ 7.920,00
00218	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	CP	9.000	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	R\$ 1,45	R\$ 13.050,00
00219	PARACETAMOL 500 MG	CP	30.500	PARACETAMOL 500 MG	R\$ 0,39	R\$ 11.895,00
00220	PARACETAMOL- SOLUÇÃO ORAL	FR	550	PARACETAMOL 20MG/ML, FRASCO COM 15ML, USO ORAL	R\$ 1,21	R\$ 665,50
00221	PAROXETINA 20 MG	CP	12.000	PAROXETINA 20 MG	R\$ 0,28	R\$ 3.360,00
00222	PENTOXIFILINA 400 MG	CP	15.000	PENTOXIFILINA 400 MG	R\$ 1,87	R\$ 28.050,00
00223	POLICRESULENO - SOLUÇÃO CONCENTRADA	FR	20	POLICRESULENO 360MG/G, FRASCO COM 12ML, USO TÓPICO	R\$ 41,59	R\$ 831,80
00224	POLIVITAMINICO COMPRIMIDOS ENCARTELADOS	CP	50.000	POLIVITAMINICO COMPRIMIDOS ENCARTELADOS	R\$ 1,81	R\$ 90.500,00
00225	PREGABALINA 150 MG	CP	20.000	PREGABALINA 150 MG	R\$ 0,46	R\$ 9.200,00
00226	PREGABALINA 75 MG	CP	20.000	PREGABALINA 75 MG	R\$ 0,52	R\$ 10.400,00
00227	PRIMIDONA 100 MG	CP	3.000	PRIMIDONA 100 MG	R\$ 0,75	R\$ 2.250,00
00228	PROMETAZINA - INJETÁVEL	AP	2.000	PROMETAZINA 25MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (IM)	R\$ 3,71	R\$ 7.420,00
00229	PROPAFENONA - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	600	CLORIDRATO DE PROPAFENONA 150MG, USO ORAL	R\$ 1,25	R\$ 750,00
00230	PROPOFOL - INJETÁVEL	AP	300	PROPOFOL 10MG/ML, AMPOLA COM 20ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 12,63	R\$ 3.789,00
00231	PVPI 2,5% - COLÍRIO	FR	20	IODOPOVIDONA 25MG/ML, FRASCO COM 10ML, USO OFTAMOLÓGICO	R\$ 43,99	R\$ 879,80
00232	QUETIAPINA 100 MG	CP	19.000	QUETIAPINA 100 MG	R\$ 0,77	R\$ 14.630,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
Setor de Licitações
Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



0023 3	QUETIAPINA 200MG	CP	20.000	QUETIAPINA 200MG	R\$ 0,79	R\$ 15.800,0 0
0023 4	QUETIAPINA 25 MG	CP	18.000	QUETIAPINA 25 MG	R\$ 0,36	R\$ 6.480,00
0023 5	QUETIAPINA 50 MG	CP	9.000	QUETIAPINA 50 MG	R\$ 5,92	R\$ 53.280,0 0
0023 6	RENAL-VIT PLUS	CP	6.000	RENAL-VIT PLUS	R\$ 4,99	R\$ 29.940,0 0
0023 7	RETEMIC 5 MG	CP	9.000	RETEMIC 5 MG	R\$ 1,22	R\$ 10.980,0 0
0023 8	RISPERIDONA 1 MG	CP	15.000	RISPERIDONA 1 MG	R\$ 0,11	R\$ 1.650,00
0023 9	RISPERIDONA 2 MG	CP	30.000	RISPERIDONA 2 MG	R\$ 0,11	R\$ 3.300,00
0024 0	RISPERIDONA 3MG	CP	6.000	RISPERIDONA 3MG	R\$ 0,24	R\$ 1.440,00
0024 1	RIVAROXABANA - COMPRIMIDO	CP	1.000	RIVAROXABANA 10MG, USO ORAL	R\$ 0,26	R\$ 260,00
0024 2	RIVAROXABANA 10 MG (XARELTO)	CP	9.000	RIVAROXABANA 10 MG (XARELTO)	R\$ 0,23	R\$ 2.070,00
0024 3	RIVAROXABANA 15MG	CP	9.000	RIVAROXABANA 15MG	R\$ 0,31	R\$ 2.790,00
0024 4	RIVAROXABANA 20 MG	CP	20.000	RIVAROXABANA 20 MG	R\$ 0,41	R\$ 8.200,00
0024 5	SALBUTAMOL - AEROSOL	FR	2.000	SALBUTAMOL 120,5 MCG/DOSE, FRASCO COM 200 DOSES, USO ORAL	R\$ 12,71	R\$ 25.420,0 0
0024 6	SALBUTAMOL - XAROPE	FR	50	SALBUTAMOL 0,4MG/ML, FRASCO COM 120ML, USO ORAL	R\$ 12,03	R\$ 601,50
0024 7	SEEBRI 50MCG	CPS	9.000	SEEBRI 50MCG	R\$ 8,69	R\$ 78,210,0 0
0024 8	SERTRALINA 100 MG	CP	18.000	SERTRALINA 100 MG	R\$ 0,42	R\$ 7.560,00
0024 9	SERTRALINA 50 MG	CP	12.000	SERTRALINA 50 MG	R\$ 0,28	R\$ 3.360,00
0025 0	SIMETICONA - EMULSÃO ORAL	FR	5.550	SIMETICONA 75MG/ML, FRASCO COM 15ML, USO ORAL	R\$ 3,68	R\$ 204,24,0 0
0025 1	SULFADIAZINA DE PRATA - POMADA	TB	1.000	SULFADIAZINA DE PRATA MICRONIZADA 10MG/G, BISNAGA COM 50G, USO TÓPICO	R\$ 71,96	R\$ 71,960,0 0
0025 2	SULFATO DE MAGNESIO 10%	UN	2.000	SULFATO DE MAGNESIO 10%, AMPOLA COM 10ML, INJETAVEL.	R\$ 1,49	R\$ 2.980,00
0025 3	SULFATO DE MAGNÉSIO 20% - INJETÁVEL	AP	2.000	SULFATO DE MAGNÉSIO 20G/ML, AMPOLA COM	R\$ 1,12	R\$ 2.240,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

				10ML, INJETÁVEL (EV, IM)		
0025 4	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% - INJETÁVEL	AP	400	SULFATO DE MAGNÉSIO 50G/ML, AMPOLA COM 10ML, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 5,79	R\$ 2.316,00
0025 5	SULFATO FERROSO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	1.000	SULFATO FERROSO 40MG, USO ORAL	R\$ 0,12	R\$ 120,00
0025 6	SUXAMETÔNIO - INJETÁVEL	FR/AP	100	CLORETO DE SUXAMETÔNIO 100MG, FRASCO/AMPOLA, INJETÁVEL (EV)	R\$ 29,34	R\$ 2.934,00
0025 7	TEGRETOL CR 400 MG	CP	9.000	TEGRETOL CR 400 MG	R\$ 3,19	R\$ 28.719,0 0
0025 8	TENOXICAM - INJETÁVEL	FR/AP	6.500	TENOXICAM 20MG, FRASCO-AMPOLA, INJETÁVEL (EV, IM)	R\$ 11,51	R\$ 74.851,0 0
0025 9	TIAMINA - INJETÁVEL	AP	800	CLORIDRATO DE TIAMINA 100MG/ML, AMPOLA COM 1ML, INJETÁVEL (EV)	R\$ 11,67	R\$ 9.336,00
0026 0	TIAMINA 300 MG COMPRIMIDO	CP	3.000	TIAMINA CLORIDRATO 300 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,30	R\$ 900,00
0026 1	TOPIRAMATO 100 MG	CP	11.000	TOPIRAMATO 100 MG	R\$ 1,33	R\$ 14.630,0 0
0026 2	TOPIRAMATO 25 MG	CP	10.000	TOPIRAMATO 25 MG	R\$ 0,57	R\$ 5.700,00
0026 3	TOPIRAMATO 50 MG	CP	9.000	TOPIRAMATO 50 MG	R\$ 0,62	R\$ 5.580,00
0026 4	TRAMADOL - INJETÁVEL	AP	5.000	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML, AMPOLA COM 2ML, INJETÁVEL (EV, IM, SC)	R\$ 1,35	R\$ 6.750,00
0026 5	TRAMADOL 100 MG	CP	6.000	TRAMADOL 100 MG	R\$ 0,83	R\$ 4.980,00
0026 6	TRAMADOL 50 MG	CP	12.000	TRAMADOL 50 MG	R\$ 0,73	R\$ 8.760,00
0026 7	TRAZODONA 150 MG RETARD	CP	12.000	TRAZODONA 150 MG RETARD	R\$ 4,79	R\$ 57.480,0 0
0026 8	TRAZODONA 50 MG	CP	12.000	TRAZODONA 50 MG	R\$ 0,91	R\$ 10.920,0 0
0026 9	VENLAFAXINA 150 MG	CP	18.000	VENLAFAXINA 150 MG	R\$ 1,19	R\$ 21.420,0 0
0027 0	VENLAFAXINA 75 MG	CP	18.000	VENLAFAXINA 75 MG	R\$ 0,69	R\$ 12.420,0 0
0027 1	VENVANCE 30 MG	CP	3.000	VENVANSE 30MG	R\$ 13,44	R\$ 40.320,0 0
0027 2	VENVANSE (DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA)	CP	3.000	VENVANSE (DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA)	R\$ 17,74	R\$ 53.220,0 0



	70 MG			70 MG		0
0027 3	ZOLPIDEM 10MG	CP	12.000	ZOLPIDEM 10MG	R\$ 0,31	R\$ 3.720,00

Local e prazo da entrega:

A entrega dos medicamentos deverá ser nos seguintes endereços:

- **Farmácia de Minas:** Praça José Batista Marra, nº 375, Centro, Presidente Olegário-MG
- **Farmácia da Secretaria de Saúde:** Praça José Batista Marra, nº 375, FUNDOS, Centro, Presidente Olegário-MG.
- **Farmácia do CAPS:** Praça Afonso de Sá, nº 140, Centro, Presidente Olegário-MG.

**Portanto será de acordo com o requisitante, dessa forma a empresa vencedora deverá confirmar o endereço antes de ser feita a entrega.*

O prazo de entrega será de 8 (oito) dias consecutivos após emissão da NAF. Os custos de transporte e entrega estarão a cargo do fornecedor. Os pedidos sempre serão realizados no horário de funcionamento do comércio e deverá ser entregue de segunda a sexta de 08h00min às 16h00min.

Os itens deverão ser entregues de forma parcelada conforme Nota de Autorização de Fornecimento, atender aos prazos máximos para fornecimento e garantia (de acordo com o código do consumidor), as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade.

No ato da entrega, os produtos deverão possuir validade mínima de 2/3 da validade estabelecida pelo fabricante, de acordo com a recomendação do TCU. É proibido e de responsabilidade de quem der causa ao aceite de notas fiscais sem a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, em desacordo com o art. 13, inciso X, da Portaria Anvisa 802/1998, c/ o art. 1º, inciso I, da Resolução Anvisa RDC 320/2002.

Medicamentos genéricos e similares deverão possuir bioequivalência/biodisponibilidade comprovada, dessa forma, os medicamentos similares intercambiáveis deverão constar na Lista de Medicamentos Similares e seus respectivos medicamentos de referência, conforme RDC 58/2014.

Serão aceitos medicamentos: de referência, genérico(s), definidos pela Lei nº 9.787/99, similar(es) e ético(s), desde que atendam à legislação vigente para o Registro de Medicamentos, de acordo com a Resolução RDC nº 133, de 29/05/2003. Para efeito de aquisição, prevalecerá aquele tipo de medicamento que apresentar o menor valor no momento do pregão.

Os medicamentos devem ser fornecidos pela empresa licitada em perfeito estado conservação e acondicionamento, em suas embalagens originais com os lacres intactos, lote e data de validade.

Pagamento:

O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** após à entrega do produto e apresentação da Nota Fiscal, sempre de acordo com a ordem cronológica de sua exigibilidade, observadas as demais exigências a seguir indicadas.

Dotações Orçamentária

Poderá ser utilizado qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2026, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços, conforme disposto no Art. 17 do Decreto Federal 11.462/23.

Obs.: A contratação será por meio do menor valor item.

III – Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação

A planilha de pesquisa de preços destaca a estimativa do valor médio unitário e total da contratação, no importe de **R\$ 3.663.951,57 (três milhões, seiscentos e sessenta e três mil, novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e sete centavos)** acompanhada pela cotação de preço retirada do banco de preços, que forneceram a média dos valores de mercado, de acordo com o praticado.



V – Justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

A adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será por item, visto que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, além de ser técnica e economicamente viável. Junto a isso, o parcelamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, podem fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, permitindo que empresas distintas sejam contratadas.

Haverá o parcelamento da aquisição dos itens desta requisição, considerando que a aquisição será somente quando for faltar o produto para atendimento à população.

O parcelamento da contratação é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidade autônomas.

VI - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

A Secretária Municipal de Saúde declara viável esta aquisição. Considerando os pressupostos apresentados. Como também que o valor estimado para esta aquisição está de acordo com o previsto no orçamento do Município. Conclui pela VIABILIDADE DA AQUISIÇÃO, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade. Em complemento aos requisitos listados RECOMENDAMOS o prosseguimento do processo de LICITAÇÃO não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente aquisição no formato indicado. A aquisição se mostra viável a partir da análise do presente Estudo Técnico Preliminar e de acordo com os termos pretendidos.

Lara Fernandes R. Rodrigues
Secretária Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SIMPLIFICADO

Conforme estabelecido no §1º do artigo 18 da Lei 14.133/21, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) deve elucidar tanto o problema que se pretende solucionar quanto a melhor abordagem para fazê-lo, possibilitando assim a avaliação da viabilidade técnica e econômica da proposta de contratação.

Dos treze incisos do artigo 18, conforme determina o §2º do mesmo dispositivo legal, cinco são de cumprimento obrigatório: I, IV, VI, VIII e XIII. A Administração, por sua vez, precisa justificar a ausência de quaisquer outros elementos que não tenham sido abordados no ETP.

Nestes termos:

Considerando que se trata de registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos destinados à distribuição gratuita na farmácia da secretaria municipal de saúde, farmácia de minas e farmácia do CAPS e do Hospital Municipal;

Considerando a elaboração de termo de referência com descrição detalhada do objeto que se pretende contratar, demanda apresentada, aferição do preço de mercado, disposições sobre o fornecimento, dotação orçamentária e disponibilidade financeira.

Justifica-se a elaboração de **ETP simplificado** com os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do §1º, do artigo 18, da Lei 14.133/2021.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6513-0503-E03C-3F14

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO (CPF 118.XXX.XXX-60) em 09/06/2026 09:54:03

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://presidenteolegario.1doc.com.br/verificacao/6513-0503-E03C-3F14>